



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL Ata da 182ª reunião, realizada em 11 de setembro de 2019

1 Em 11 de setembro de 2019, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do
2 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente suplente Antônio Augusto Melo Malard, representante da SEMAD.
6 Representantes do poder público: Marina Pacheco Simião, da Secretaria de
7 Estado de Cultura e Turismo (Setur); Ivonice Maria da Rocha, da Secretaria de
8 Estado de Educação (SEE); Pedro Calixto Alves de Lima, da Secretaria de Estado
9 de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Marina de Resende Franco, da Secretaria
10 de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese); Túlio Almeida Lopes, da
11 Secretaria de Estado de Governo (Segov); Elisa Vieira Marques Brigagão Dias, da
12 Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Rodrigo Sousa Rodrigues, da
13 Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec); Tales Heliodoro Viana, do
14 Conselho Regional de Biologia - 4ª Região (CRBio); Adenilson Brito Ferreira, da
15 Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); João Batista Barbosa Júnior, da
16 Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia
17 Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação
18 Mineira de Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria
19 e Silva, da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas);
20 Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado
21 de Minas Gerais (Faemg); Diogo Dias Gonçalves, da Federação das Indústrias do
22 Estado de Minas Gerais (Fiemg); Wagner Soares Costa, do Conselho da Micro e
23 Pequena Empresa da Fiemg; Leandro Soares Moreira, da Federação dos
24 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); João Carlos
25 de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento
26 Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); José Antônio
27 da Cunha Melo, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
28 (Abes); Antônio Eustáquio Vieira, da Associação Pró Pouso Alegre (APPA);
29 Ronaldo Vasconcellos Novais, da Organização Ponto Terra; Miguel Ângelo
30 Andrade, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Paula
31 Regina Balabram, da Universidade Fumec; Alírio Ferreira Mendes Júnior, do
32 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Virgínia Campos de
33 Oliveira, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME). **Assuntos em pauta. 1)**
34 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
35 **ABERTURA.** O presidente suplente Antônio Augusto Melo Malard declarou aberta
36 a 182ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental. **3)**
37 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente

38 Antônio Augusto Melo Malard: “Só fazer um relato, a pedido do Ministério Público,
39 que não pôde estar presente e encaminhou uma justificativa. Entretanto, foi
40 comunicado ao Ministério Público que, independente disso, é contabilizada a
41 ausência. Então foi notificado. Mas pediu para que fizéssemos o relato informando
42 da impossibilidade de comparecimento dos seus representantes, devido
43 compromissos institucionais, e dos suplentes, por estarem participando da 2ª
44 reunião ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos, em São Luís do
45 Maranhão.” Conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais: “Eu queria passar três
46 notícias rápidas aqui. A primeira é que nós da ONG Ponto Terra, cumprindo nosso
47 compromisso de conscientização, de reflexão e de informação à sociedade civil e
48 mesmo aos órgãos públicos e às entidades privadas, vamos realizar agora no fim
49 do mês, dias 27 e 28 de outubro, um curso sobre mediação de conflitos
50 socioambientais. Nós fizemos uma palestra no Conselho Regional de Engenharia
51 e Agronomia e agora vamos fazer um curso de 18 horas, que também tem a
52 finalidade de arrecadar recursos para a manutenção da nossa organização não
53 governamental. Para fazer inscrição, é muito fácil, no sistema do Sympla:
54 www.sympla.com.br. A segunda notícia é que a SEMAD fez esses dias 24 anos de
55 idade. É importante a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
56 Sustentável de Minas Gerais, com 24 anos de existência e muito serviço prestado
57 ao nosso Estado. E por que não dizer ao nosso país? O nosso secretário hoje,
58 Germano Vieira, é presidente da Associação Brasileira das Entidades de Meio
59 Ambiente. É muito importante também pela competência dele, mas também pela
60 existência, há 24 anos, de uma Secretaria de Estado do nível da nossa SEMAD.
61 Então uma notícia positiva também é bom colocar: SEMAD 24 anos. E a última
62 notícia é que, depois de uma vacância pela exoneração do Julio Grillo – que foi
63 um bom superintendente do Ibama aqui em Minas Gerais, nosso colega também
64 do movimento de organização não governamental, da Pró Mutuca –, o governo
65 federal eu diria que até que enfim acertou alguma coisa na área de meio ambiente
66 nomeando, esses dias, o engenheiro florestal Ênio Fonseca para superintendente
67 do Ibama aqui em Minas Gerais. O engenheiro florestal Ênio Fonseca foi do IEF,
68 depois da Cemig e já foi nomeado superintendente do Ibama em Minas Gerais.
69 Então eu queria passar essas três notícias rápidas aqui e dizer da satisfação de
70 estar nesta reunião.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Eu parablenizo
71 mais uma vez as ações da Ponto Terra. Recebemos seus áudios, sempre muito
72 pertinentes, sucintos e com a notícia de uma forma clara para todo mundo.
73 Aproveito também para desejar em público parabéns para a SEMAD, que
74 completou recentemente 24 anos. É uma curta história, mas uma história de
75 muitos feitos, principalmente, nesta gestão do secretário Germano.” Conselheiro
76 Miguel Ângelo Andrade: “Eu queria comunicar a este Conselho e à sociedade que
77 nós recebemos ontem um comunicado oficial da Unesco cancelando a criação
78 da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço na sua fase 2 e da Reserva da
79 Biosfera da Mata Atlântica fase 7, que eu acho que é um grande ganho para o
80 Estado, sobretudo pela forma da construção do documento, com participação de

81 diversos interessados. Aqui eu faço de público o agradecimento ao governo do
82 Estado pelo apoio. E no ano passado nós tivemos também o reconhecimento de
83 dois mosaicos de áreas protegidas estratégicos dentro da Reserva da Biosfera da
84 Serra do Espinhaço. Um foi o Mosaico Serra do Cipó, reconhecido pelo Ministério.
85 E na sequência, no dia 28 de dezembro, eu acho que interessa a todos, nós
86 temos várias instituições aqui que participaram diretamente desse processo,
87 legitimando a participação, que foi o Mosaico Serra do Espinhaço Quadrilátero
88 Ferrífero. Nesse sentido e também como uma boa notícia que eu compartilho aqui
89 com a sociedade, o interesse dessas instituições para que possamos somar na
90 instalação de políticas públicas de processo de gestão compartilhada dentro
91 desses territórios que são exclusivamente mineiros. Então eu deixo aqui esse
92 comunicado, eu acho que é uma notícia importantíssima. Hoje nós comemoramos
93 o Dia do Cerrado. Estamos falando de áreas prioritárias para conservação e
94 temos na Serra do Espinhaço talvez os territórios com a maior expressão em
95 termos de biodiversidade, endemismos, cultura, empreendimentos. Nós estamos
96 falando de uma região onde favorece em maior parte o PIB de Minas também.
97 Então é importante conciliar todos esses atributos no processo de gestão, que
98 acreditamos que deve ser mais intenso, mais cooperativo, como temos feito já há
99 alguns anos, no sentido de atrair essas instituições nessa cooperação. Então de
100 público, como PUC Minas, que coordena o Comitê Estadual, eu queria agradecer
101 a todas as instituições e pessoas que aqui também se fazem representar.”

102 Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “De fato, quando se constroem ações
103 em conjunto, os resultados são muito positivos, e esse é um exemplo que
104 demonstra isso. O IEF e a SEMAD participaram, efetivamente, da questão da
105 Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, estão à disposição e atuam também de
106 forma incisiva no estabelecimento de todos os mosaicos, dentre os quais o senhor
107 citou. Então pode contar conosco, com o Estado. Sempre estaremos presentes
108 nessas discussões tão importantes para o estabelecimento de políticas públicas
109 para o Estado de Minas Gerais e o país também. E parabênzo o Cerrado pelo dia
110 de hoje também. Ficam aqui também os parabéns neste dia de um bioma tão
111 importante para o Estado de Minas Gerais. Antes de passar a palavra aos
112 conselheiros, eu tenho que fazer um breve relato de desligamento da Associação
113 dos Engenheiros Agrônomos do Norte de Minas, pelas ausências repetitivas, e
114 também das entidades que estão suspensas: Seapa, Kaluana, Arpempg e UFV. E
115 até o momento nós não temos a presença da Seinfra e do CRBio.” Conselheiro
116 Licínio Eustáquio Mol Xavier: “Só fazer um registro aqui de um evento que nós
117 vamos realizar na sede da AMM, na Raja Gabaglia, sobre gestão de unidades de
118 conservação. É uma parceria da AMM, do Departamento de Meio Ambiente, com
119 o pessoal técnico do IEF. Será na próxima quarta-feira, das 8h30 às 18h. Foram
120 70 municípios convidados e são 70 municípios confirmados, o que comporta o
121 nosso espaço. Então o sucesso de público já está garantido. E aqueles que
122 puderem comparecer, isso será uma honra para nós.” Presidente Antônio Augusto
123 Melo Malard: “Parabéns pela iniciativa. O IEF estará participando. Eu recebi o

124 convite, mas infelizmente não vou poder estar presente, porque estarei em Viçosa
125 para um outro evento. Mas o IEF estará muito bem representado.” Conselheiro
126 Antônio Eustáquio Vieira: “Eu tenho dois assuntos, rapidamente, para cantar aqui.
127 Primeiro, no sentido de parabenizar o Estado e a Copasa porque, às vezes, a
128 sociedade só critica e não tem pontos de elogio. Nós estamos com um problema
129 em Paracatu, como em vários outros municípios do Estado, com relação a
130 abastecimento público. Temos a possibilidade de ficar sem água para
131 abastecimento público em Paracatu. Não temos certeza ainda. Então anteontem e
132 ontem nós acionamos o Estado, através do IGAM, e a Copasa. Fomos atendidos
133 de imediato, tem equipes lá em Paracatu fazendo levantamento, e amanhã nós
134 vamos, via Comitê do Paracatu – eu estou na Presidência desse comitê hoje –,
135 estar nos reunindo com os irrigantes a montante da captação de água da cidade e
136 com a Copasa, para vermos a real situação do corpo d’água, o ribeirão Santa
137 Isabel, e tomar as providências cabíveis para não acontecer o que aconteceu em
138 2017, quando 70% da cidade ficaram 60 dias sendo abastecidos com caminhão
139 pipa, um caos na cidade que dá nome para o principal afluente do rio São
140 Francisco, que é o rio Paracatu. E também queria ressaltar que nós terminamos,
141 no início deste ano, a conclusão do ZAP, o Zoneamento Ambiental e Produtivo
142 dessa bacia, com apoio da Irriganor e também do Sebrae. Elaboramos esse ZAP
143 e, através desse ZAP, conseguimos um recurso para implementar a principal obra
144 que foi apontada no estudo na bacia, que é a conservação das estradas rurais do
145 município. Eu por várias vezes já falei aqui neste Conselho da necessidade de
146 levantarmos uma discussão a respeito da questão das estradas rurais no Estado
147 de Minas Gerais. Inclusive, anteriormente ao governo passado, quando o Paulo
148 Romano era secretário adjunto, nós sugerimos começar uma discussão para
149 adequação das estradas rurais em Minas Gerais e ter normas, porque essas
150 estradas são responsáveis por mais de 70% da morte de corpos d’água. E só no
151 município de Paracatu nós temos 10 mil km de estradas rurais, aproximadamente,
152 tudo abandonado e causando impactos violentíssimos na bacia. Está lá o
153 resultado. Além do desmatamento, nós temos o grande problema do Cerrado, que
154 são as estradas rurais, que no Brasil nós temos 1,5 milhão km, tudo abandonado
155 e sendo mantido de qualquer maneira. Então conseguimos com o Comitê do São
156 Francisco, do recurso da cobrança, R\$ 1,5 milhão para começar o trabalho de
157 adequação dessas estradas rurais. A Copasa também já ficou de nos auxiliar
158 nisso. Estamos tentando emenda com deputado federal e estadual também.
159 Porque o montante de que precisamos para adequar as estradas rurais da bacia é
160 no valor de R\$ 3,5 milhões. Nós achamos que com isso vamos ter estradas
161 ecológicas que vão produzir água em vez de levar inúmeros problemas para os
162 corpos d’água. Além disso, nós temos um recurso da Emater, um projeto de 20
163 anos, que, no ano passado, enfim, através de um convênio com a Codevasf, foi
164 licitado, e já está sendo concluída a implantação desse projeto de recuperação
165 ambiental também da bacia, com construção de mais de 800 barraginhas,
166 terraços, curvas de nível etc. E tem também um trabalho da Copasa, que já foi

167 feito, com proteção de nascentes e veredas, e tem um projeto que vai ser
168 implementado agora com 7 km de proteção de nascentes e veredas também,
169 através da parceria da entidade que eu presídio em Paracatu, que é o Movimento
170 Verde, e da Kinross Mineração. É um projeto em que estamos tentando juntar
171 todos para implementar um trabalho bacana na bacia do Santa Isabel, para ver se
172 no futuro consigamos produzir a água de que precisamos lá para abastecer a
173 cidade. O segundo assunto é rápido também. Eu estive até conversando
174 rapidamente com o Anderson. O prefeito de Paracatu, há uns meses, aprovou
175 uma lei proibindo a pesca profissional em Paracatu. Nós sabemos que isso é
176 inconstitucional. A não ser que a prefeitura trouxe os estudos adequados, e o IEF
177 implementou a proibição da pesca. Só que isso está causando um transtorno
178 muito grande para o Comitê do Paracatu, porque temos sido cobrados sobre isso.
179 Não sei o que devemos fazer. Os pescadores profissionais estão pescando,
180 alguns com problemas, criando caso, e está próximo de ter um atrito maior no
181 município. E os pescadores amadores, esses continuam pescando à revelia na
182 bacia. Nós sabemos, inclusive, que a falta de peixe não é pela pesca, mas pela
183 falta d'água. E sabemos também que praticamente todas as lagoas marginais dos
184 rios do Cerrado brasileiro foram devastadas. Paracatu não é diferente. Então eu
185 queria fazer essas considerações. Uma de elogiar a ação do Estado com relação
186 à produção de água em Paracatu, e outra é essa questão da pesca. Eu acho que,
187 se tem esse ilegalidade, o IEF tem que agir de maneira que mostre a
188 inconstitucionalidade disso e evite maiores problemas para o Comitê da Bacia do
189 Rio Paracatu, que está recebendo várias denúncias dos pescadores, e
190 precisamos dar uma resposta a esse pessoal, já que eles também acreditam que
191 essa lei municipal é inconstitucional.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard:
192 “Com relação às estradas rurais, no âmbito do Estado como um todo, várias
193 passam pelo processo de licenciamento ambiental, dependendo da sua extensão.
194 Agora, projetos que visam uma estrada mais sustentável são sempre muito bem-
195 vindos, e em um breve espaço de tempo o COPAM vai poder trabalhar em cima
196 de alguns projetos e deliberar em cima de alguns projetos que julga ser projetos
197 importantes do ponto de vista ambiental, no âmbito do projeto de conversão de
198 multas, do qual já foi falado em outra oportunidade no Plenário e em outras
199 reuniões também das Câmaras Técnicas. Esse procedimento está em andamento
200 e em breve deve ser concretizado para que, inclusive, os conselheiros e qualquer
201 entidade apresentem projetos para que possamos utilizar recursos provenientes
202 de penalidades, de autos de infração, para projetos ambientais. Aí o COPAM
203 poderia deliberar, e esse ser um projeto, inclusive, chancelado pelo governo. E é
204 claro que tem várias outras possibilidades de aquisição de recursos para a
205 execução desses projetos, tais como o que o senhor colocou. Em relação à
206 proibição da pesca no Paracatu, eu desconheço. Perguntei aqui ao gerente de
207 Fauna Aquática do IEF, o Leandro, e vou pedir para que ele possa se manifestar.”
208 Leandro Carmo Guimarães/IEF: “A questão da proibição da pesca em Paracatu
209 realmente chegou para nós uns anos atrás, a própria prefeitura solicitou uma

210 reunião, e nós apresentamos exatamente o que é o parecer da Advocacia Geral
211 do Estado, de que é inconstitucional a legislação municipal nesse sentido, desde
212 que o Estado tenha esgotado as suas competências, que o Estado fez com a
213 legislação de pesca vigente. Eles já foram notificados nesse sentido. Nós
214 entendemos que o IEF não pode caçar um decreto municipal, um ordenamento
215 municipal, mas nós podemos reiterar para eles o entendimento da AGE e trazer as
216 notícias.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Eu queria solicitar que o IEF
217 envie para o Comitê da Bacia do Paracatu uma cópia disso para tomarmos as
218 devidas providências, inclusive com o Ministério, nas Bacias do Paracatu e
219 Urucuia. Em cima da sua fala, só para esclarecer, nessa questão das estradas
220 rurais, o que nós precisamos fazer é criar normas dentro do COPAM, uma DN
221 com relação às estradas rurais, porque a prefeitura hoje pega a máquina e faz o
222 que quer. Eu lembro que há oito anos o governo federal liberou 3.500 pás
223 carregadeiras, 1.500 patrôas para adequação de estradas rurais, e as prefeituras
224 pegaram isso sem critério nenhum e fizeram a farra nas estradas dos municípios
225 brasileiros e de Minas também. Então eu acho que nós temos que trabalhar na
226 produção de uma DN para normatizar isso, para que as prefeituras parem de fazer
227 trabalho sem acompanhamento técnico, pelo menos terem uma ART a respeito
228 dessas estradas. Nós estamos tentando isso há anos. Inclusive, na última vez que
229 eu falei, eu disse que não falaria mais sobre isso. Mas, como tem um novo
230 governo, pode ser que o pessoal tenha sensibilidade para começarmos a debater
231 isso.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Só lembrando que tem a parte da
232 engenharia, na abertura de estradas, e na parte ambiental, mesmo quando não
233 seja aplicável o licenciamento ambiental, é necessária uma intervenção ou
234 supressão de vegetação, e aí tem um processo junto ao IEF, de Daia. Então a
235 questão ambiental, mesmo quando não passível de licenciamento, é tratada, e aí
236 cabe também à engenharia fazer a sua parte, ter um responsável técnico. É uma
237 discussão ampla, com certeza, mas estamos atentos a isso.” Conselheiro Leandro
238 Soares Moreira: “Eu gostaria de fazer dois convites. O primeiro deles é referente
239 ao lançamento da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, Agroecologia e
240 Segurança Alimentar e Nutricional. Vai ter uma audiência pública na próxima
241 segunda-feira, dia 16, no Auditório José Alencar, na Assembleia Legislativa. Então
242 nós gostaríamos de estender o convite para os presentes. Será a partir das 14h.
243 Será a primeira vez que será lançada uma frente parlamentar com foco em
244 políticas públicas para agricultura familiar e agroecologia. E o segundo convite
245 trata-se de um requerimento do deputado Wilson da Fetaemg, que foi aprovado
246 pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, do qual será realizada
247 uma reunião no município de Rio Pardo de Minas para discussão do termo de
248 alocação de recursos hídricos do rio Pardo. Esse termo de alocação já está no
249 seu segundo ano de edição, pela ANA, Agência Nacional de Águas, e a ANA já
250 está em vias de lançar um novo marco regulatório de uso das águas do rio Pardo.
251 Então vai ser realizado o encontro estendido dessa comissão da Câmara para
252 debater não somente o marco regulatório como também discutir, apresentar,

253 construir propostas e ações que discutam o desenvolvimento da bacia do rio
254 Pardo como um todo. Então esse convite certamente chegará para a SEMAD e
255 para o IGAM, em especial, e o IEF, e nós gostaríamos também de estender aos
256 demais conselheiros e presentes para participar dessa audiência, no dia 4 de
257 outubro, no município de Rio Pardo de Minas.” Presidente Antônio Augusto Melo
258 Malard: “Obrigado, conselheiro. Com certeza, o Sisema estará representado
259 nessa audiência.” **4) EXAME DA ATA DA 181ª REUNIÃO.** Aprovada por
260 unanimidade a ata da 181ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política
261 Ambiental, realizada em 12 de junho de 2019. Registradas abstenção da PUC
262 Minas e ausências de MMA, SES, Seplag, Sede, Ministério Público e Fiemg. **5)**
263 **CONDIÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA REGIÃO METROPOLITANA**
264 **DE BELO HORIZONTE. Apresentação: Companhia de Saneamento de Minas**
265 **Gerais (Copasa).** Núbia Vale, da Copasa, fez apresentação sobre a situação
266 atual de abastecimento de água na região metropolitana de Belo Horizonte, ações
267 desenvolvidas e projetos a serem implementados pela empresa. Após a
268 exposição, foram registradas as manifestações a seguir. **Debates.** Conselheiro
269 Tales Heliodoro Viana: “Núbia, você está de parabéns pela apresentação. Eu fui
270 superintendente da Copasa durante quatro anos e trabalhei na área de Meio
271 Ambiente e Recursos Hídricos durante uns 25 anos. Infelizmente, eu tenho que te
272 contar que não tem nenhuma novidade no que você colocou. E a minha
273 preocupação levantada, de onde veio essa palestra aqui, é que nós continuamos
274 no fio da navalha. Se arrebentar alguma coisa no rio das Velhas... Se você voltar
275 ao começo da apresentação, àquele mapa que coloca as possibilidades de
276 abastecimento, são 2 m³ que você consegue jogar do Paraopeba para o Velhas
277 ou do Velhas para o Paraopeba, mas tem um pedaço de Belo Horizonte que não
278 recebe nada. A parte da direita não recebe nada de ninguém, só naquela lá em
279 cima que se consegue jogar 2 m³. Belo Horizonte tem um déficit de mais ou
280 menos 2 m³/s já instalado, e ninguém fala. Se você perguntar na Copasa, ninguém
281 fala, mas todo mundo sabe. Tem áreas ruins, falta reservatório. E nós tivemos,
282 durante os últimos quatro anos, uma gestão da pior qualidade em termos técnicos
283 na Copasa. Não pelos técnicos da Copasa, mas por aqueles que demandavam. A
284 Copasa não pensa no saneamento de Belo Horizonte de forma razoável há mais
285 de 30 anos. A última vez que ela fez um planejamento estratégico de
286 abastecimento da região metropolitana para valer, de abastecimento, de
287 manancial, foi na década de 80, quando foram bolados Rio Manso, Serra Azul e
288 Juramento, em Montes Claros. De lá para cá, arremedo e remendo. O último
289 grande remendo foi esse engodo do Paraopeba, essa captação. Euando tiver
290 água no Paraopeba, e eu não tiver água na minha represa, eu tiro 2 m³ aqui. Eu
291 estava lá, participei, eu era o superintendente, na época, e falei: ‘Você tem que
292 avisar o Paraopeba para ele ter água’. E levar essa captação lá para cima para
293 tirar 2 m³ lá em cima, não tem. Você pode ter até o papel da outorga, como temos
294 da outorga do rio das Velhas de 8,77, que também não tem. Eu vi secar o rio das
295 Velhas tirando 6. Na véspera da eleição, ordem do governador, ‘não pode faltar

296 água em Belo Horizonte'. Perdeu a eleição também, mas não faltou água em Belo
297 Horizonte. Então nem o rio das Velhas tem água mais. Para essa outorga da
298 Copasa na época de estiagem... E eu peguei aquela curva que você fez, eu
299 peguei os quatro anos de pior quantidade de água. Então nós passamos um
300 aperto fenomenal. A Copasa não deu um passo para frente. O rio da Prata não dá
301 mais 1 m³ nem se você pedir pelo amor de Deus. Várzea das Flores já deu 1.200
302 l/s, 1,2 m³/s, e não dá mais." Núbia Vale/Copasa: "São 1.049 m³/s em Várzea das
303 Flores." Conselheiro Tales Heliodoro Viana: "Não dá isso nunca mais. Só se
304 estiver chovendo muito. Em época de chuva não falta água." Núbia Vale/Copasa:
305 "São dados de média mensal de janeiro a julho deste ano." Conselheiro Tales
306 Heliodoro Viana: "Então pode esperar daqui para frente que não vai dar nem 700
307 m³/s. Você sabe disso tão bem quanto eu. E eu trabalhei no laboratório e por
308 acaso tenho doutorado em saneamento, feito da UFMG. Quanto é o saldo da
309 média explorada em baixo?" Núbia Vale/Copasa: "É de 16,23." Conselheiro Tales
310 Heliodoro Viana: "Não conseguimos isso. É com chuva. Outra coisa: a Copasa
311 não tem poço artesiano, a Copasa tem poço profundo. Poço artesiano, quando
312 você fura, sai água, sozinho. Então em uma apresentação técnica aqui, isso é
313 imperdoável. Manda puxar a orelha da turma da Hidrogeologia, porque eles me
314 ensinaram isso, a não ser que tenham me ensinado errado. Então continuamos
315 com o mesmo problema que eu levantei no começo do ano: nós não temos saída
316 para a região metropolitana baseado no que temos hoje aí. Se você conseguisse
317 fazer todas essas obras, Rio de Pedras, Barragem de Pedras, barragem não sei o
318 que lá, lá em cima no rio das Velhas, se conseguíssemos botar adutora puxando
319 água disso tudo, nós ainda não teríamos água suficiente para abastecer. Eu não
320 sou alarmista, eu estou dizendo uma coisa que nós estamos vendo há mais de 30
321 anos. E a Copasa conseguiu, nesses anos todos, não fazer nada. E deixamos
322 aqui, com participação do COPAM, com participação do Conselho Estadual de
323 Recursos Hídricos, deixamos a coisa ficar de tal forma que agora, na hora que
324 colocarem a CSul, com 110 mil pessoas usando a água do Cauê lá em cima,
325 Cauê esse que abastece e mantém o volume do rio das Velhas, nós estamos
326 lascados, porque não vai ter água cá embaixo. E 110 mil pessoas, isso é muita
327 gente. O projeto original era de 220 mil. Esse estudo está bacana, está legal... O
328 próximo slide, por favor, do gráfico. Vocês podem olhar, nós temos um plano de
329 desenvolvimento de água em 77. Em 80, nós fizemos um plano diretor para
330 esgoto. Em 86, de água, ampliação do sistema de distribuição, a Linha Azul. Em
331 2000, reavaliação das fontes de produção existentes. Eu já estava na área de
332 Recursos Hídricos da empresa quando nós fizemos isso. Sistema Produtor
333 Noroeste, ampliação do sistema de distribuição. Alcance: 2020. O crescimento da
334 cidade, isso já dançou em 2010. Em 2012, um plano diretor para alcance até
335 2035. Eu não conheço esse plano diretor. A minha preocupação não é se você
336 está certa ou errada, se a informação é 10 mais, 10 a menos, mas é que nós,
337 efetivamente, estamos lascados se a Copasa não pensar em outro lugar para
338 buscar água. A minha preocupação é só essa. Então eu digo para vocês, como

339 conselheiro, como biólogo, como um especialista em recursos hídricos, que a
340 minha preocupação trazida no começo do ano continua exatamente do mesmo
341 tamanho. A conselheira que estava aqui ao meu lado disse assim: 'Mas ela já está
342 falando como se fosse arrebentar alguma coisa lá em cima'. Eu falei: 'Não
343 arrebentou ainda porque Deus é brasileiro'. Porque nós demos muita sorte. Então
344 não é que você está trabalhando com a tragédia, a tragédia está aí. Alguém
345 imaginava Mariana, alguém imaginava Brumadinho? Ninguém. Então do que este
346 Conselho precisa estar ciente? O Sistema Rio Manso, a barragem do rio Manso
347 consegue dar 4 m³/s. Agora, se a captação de 1,8 no rio Paraopeba, que já foi um
348 pé quebrado feito... Ela tem que lembrar lá em cima, onde for pegar, que não vai
349 ter essa água. Só na época de chuva. E essa captação foi feita para permitir que o
350 reservatório enchesse na época de chuva tirando água lá debaixo. Então vamos
351 tirar uma água que está sobrando, teoricamente. O Sistema Serra Azul é aquilo
352 mesmo, a vazão está muito baixa. É um sistema que tem uma recarga muito ruim.
353 Várzea das Flores é pior ainda, porque tinha uma quantidade de esgoto absurda
354 de Contagem. E a preservação da bacia é da pior qualidade. Então o que nós
355 precisamos pensar aqui e que a Copasa precisa colocar na cabeça é que ela tem
356 as outorgas, que parece que, teoricamente, ela tem um crédito de água. E ela não
357 tem, porque essa água não existe. É essa a preocupação. O ribeirão da Prata,
358 que sai lá em Raposos, já foi estudado, reestudado. Ele sai do Gandarela e não
359 dá mais de mil litros por segundo. E para trazer essa água tem que aumentar a
360 elevatória do Galo, aumentar a reservação do reservatório do Taquaril, o que não
361 é possível." Núbia Vale/Copasa: "Lembrando que isso não é para abastecer Belo
362 Horizonte, é para abastecer Raposos, em que ele está inserido. No contexto, eu
363 expliquei que estamos buscando alternativas para abastecer esses três
364 municípios que não conseguimos abastecer revertendo água do Sistema
365 Paraopeba para a área do rio das Velhas." Conselheiro Tales Heliodoro Viana: "E
366 toda aquela parte leste de Belo Horizonte não abastece também, é ali que não
367 tem como." Núbia Vale/Copasa: "A Copasa está trabalhando, e aquele primeiro
368 mapa que eu mostrei não mostra outros pontos de conexão dos dois sistemas.
369 Mas existe, por exemplo, a Adutora Carlos Prates, que permite com que façamos
370 essa ingestão de água, e hoje os nossos técnicos já estão com uma lista de
371 pontos em que conseguimos aumentar esses pontos de transferência. Hoje o que
372 eu posso te afirmar é que esses três municípios não conseguimos abastecer de
373 forma alguma, e por isso que estamos buscando uma alternativa para eles em
374 caso de um evento de rompimento ou de uma paralisação prolongada da ETA Rio
375 das Velhas." Conselheiro Tales Heliodoro Viana: "De qualquer forma, você pode
376 me mostrar qualquer número, qualquer estudo, a nossa contabilidade não fecha.
377 Se der algum problema, nós não temos como abastecer Belo Horizonte. É isso
378 que eu quero que fique claro. Independente da qualidade do trabalho, que com
379 certeza é muito bom, não tenha dúvida, nós precisamos sair da caixinha e pensar
380 fora da caixinha. E isso é muito bom. Quando eu me retirei da Copasa é que eu
381 comecei a ver os problemas de outra forma. Eu não trouxe meu computador, mas

382 poderia te mostrar não essa apresentação dessa forma, mas quase essa, no meu
383 computador, de três anos atrás. Então é a minha preocupação. Você pode colocar
384 o dado que quiser, tirar a dúvida que quiser, mas a minha preocupação como
385 conselheiro é a seguinte. Belo Horizonte continua como no começo do ano,
386 estamos no fio da navalha em termos de abastecimento. Quando rompeu a
387 adutora do rio das Velhas, provavelmente, a maioria aqui não se lembra, durante
388 uma semana nós ficamos sem água aqui. Rompeu porque desceu o barranco. Em
389 80, oitenta e poucos, eu estava no laboratório na época. Nós ficamos uma
390 semana. E tem praticamente 30 anos, foi uma tragédia, mas uma tragédia que
391 deu para levar. Hoje, com o crescimento do jeito que está, Belo Horizonte já
392 emendou com Sabará, essa região aqui já está gigantesca. Nós não temos como.
393 Então a minha preocupação é trazer aqui para os senhores, a Copasa precisa
394 repensar como abastecer a região metropolitana. Ou pega esse esgoto e trata
395 direito, faz uma coisa de gente grande. Porque nós estamos até hoje tratando
396 esgoto como se fosse país de terceiro mundo. E nós precisamos melhorar isso.”

397 Núbia Vale/Copasa: “Eu vou tentar responder e esclarecer. Vamos começar pela
398 produção do rio Paraopeba e da Barragem do Rio Manso. A gente consegue
399 produzir mais do que isso na Barragem do Rio Manso. A Copasa utilizou não a
400 capacidade total que foi outorgada. Eventualmente, é utilizada, mas na média não
401 utilizamos, porque não há necessidade, não houve necessidade, em função
402 também do grande volume de aporte de sedimentos que tem no rio Paraopeba. O
403 que nos impossibilita, vez por outra, de realizar a captação em função da época
404 em que fazemos a captação, em período chuvoso. Eu pelo menos, no meu
405 raciocínio e no nosso trabalho na Copasa, entendo que trabalhamos em cima de
406 números e de estudos técnicos. Eu acredito até que o próprio IGAM, que está
407 aqui, pode até contrapor o que eu vou falar agora. Se temos uma outorga de 5
408 m³/s no Paraopeba, tanto a montante como a jusante, isso foi fundamentado em
409 estudos hidrológicos e trabalhos técnicos, e não é no sentimento que dizemos que
410 tem 5 m³/s para serem retirados lá. Por coincidência, eu tomei o cuidado de
411 verificar qual foi a média de vazão do rio Paraopeba no ano passado, e foi 48
412 m³/s. Então daria para tirar os nossos 5 m³/s e manter o nosso residual. E se for
413 olhar mês a mês, tirando a média, teríamos só dois dias no ano de 2018 inteiro em
414 que não conseguiríamos tirar da produção máxima na captação que hoje está
415 paralisada.” Renata Batista Ribeiro/IGAM: “A outorga foi concedida com base na
416 Q7,10. Porque elas não podem operar de forma concomitante, é uma outra ou
417 outra. Aí foi dada outorga de 5.000 l/s, e tem disponibilidade hídrica para isso.”

418 Núbia Vale/Copasa: “Voltando a falar sobre a forma de pensar, que o que o Tales
419 falou, de um déficit de 2 m³/s que existe, eu não tenho esse número e acho que se
420 esse déficit fosse real e persistente nós não estaríamos distribuindo por falta
421 d’água. O que não é verdade. Eu trabalho em cima dos números medidos pela
422 Copasa. Então esse número não procede. Voltando ao plano diretor, nesse plano
423 diretor que você disse que desconhece, foram refeitos os estudos hidrológicos de
424 todos os mananciais onde a Copasa tem captação do sistema integrado, em todos

425 os mananciais em que a Copasa tem intenção de ter uma nova fonte de produção.
426 Por que isso? Nem cabe citar quais aqui, porque é, inclusive, uma informação
427 estratégica da empresa, para que a empresa se programe, para que possa agir na
428 região, na área onde ela quer implantar esses novos sistemas. E ver, inclusive, se
429 nos sistemas que ela já tem implantados continuamos com a mesma
430 disponibilidade hídrica para a qual obtivemos a outorga. E por um critério de 95%
431 de confiabilidade da série histórica utilizada, que foi de 70 anos, os estudos
432 hidrológicos confirmaram que temos, sim, essa disponibilidade. Inclusive, o plano
433 diretor, como pegamos esse período de 2014 e 2015, que foi um período atípico
434 na série histórica de precipitação, nós incluimos, além da série histórica de 70
435 anos, esses dois períodos. Que foram períodos atípicos e, querendo ou não,
436 ocorreram uma vez e podem voltar a ocorrer em outras épocas. E nós temos que
437 estar preparados para isso. A Copasa simulou tanto para a série histórica quanto
438 incluindo esses novos períodos e chegou a um resultado muito parecido de que
439 nós temos, sim, essa disponibilidade. Eu acho que nós temos que ter
440 preocupação, sim, porque até o evento de Brumadinho e talvez até o evento de
441 Mariana não tínhamos essa preocupação com barragem de mineração. Só que
442 nós somos um Estado com viés minerário. Tanto a região metropolitana como as
443 nossas principais fontes de abastecimento estão inseridas no Quadrilátero
444 Ferrífero. Então nós estamos, sim, correndo risco. Só que eu acho que não
445 podemos distribuir o pânico. Nós temos que trabalhar em cima de números, de
446 ciência e de engenharia, e é isso que a Copasa vem fazendo. Você mesmo falou
447 da qualidade dos profissionais que trabalham na Copasa. Foi justamente por essa
448 qualidade desse trabalho que foi desenvolvido em 2012 que foi possível que não
449 entrássemos em desespero quando saiu a nossa captação fora de operação. Ela
450 é, sim, importante. Ela pode até ter sido concebida nesses conceitos que você me
451 disse. Eu acho que não participei desse processo. Mas, se foi um chute, foi um
452 chute muito certo. Esses gráficos mostram que a nossa condição ficou muito
453 confortável nesse período em que estávamos com essa captação à nossa
454 disposição. E é nessa posição confortável que esperamos retornar. Eu acho que
455 nem os municípios nem o Estado nem a Copasa nem a sociedade civil vão dormir
456 tranquilos sabendo que nós temos ainda uma situação parecida com essa que eu
457 mostrei para vocês, esse mapa das barragens, o que não é pouca coisa. A Vale
458 está trabalhando, porque para ela também não é interessante ter outros acidentes
459 semelhantes àquele, não é só perda de vidas, é perda de fauna, de flora, é um
460 prejuízo gigantesco. Então nós vamos continuar trabalhando, eu acho que a
461 consciência já acordou para isso.” Conselheiro Tales Heliodoro Viana: “Você está
462 de parabéns. Eu quero te parabenizar. Eu não digo que a Copasa tem que
463 trabalhar com pânico na população, ela tem que trabalhar com pânico interno.
464 Porque um dos grandes problemas é quando os não técnicos tomam as decisões
465 pelos por nós, técnicos. Esse que é o grande medo que aconteceu.” Núbia
466 Vale/Copasa: “Principalmente, advogados.” Conselheiro Tales Heliodoro Viana:
467 “Não, advogado é o de menos, o grande problema são as questões de ingerências

468 políticas. Mas eu te falo o seguinte. A função de um conselheiro aqui é
469 aconselhar, e o conselho que eu trago a este Conselho e ao Conselho Estadual
470 de Recursos Hídricos foi que nós continuamos trabalhando justinho, não dá para
471 ter um espirro, que nós ficamos sem água. Morro Redondo perdeu 60% da
472 capacidade de produção dele. Você sabia disso? Porque alguém colocou água no
473 Jardim Canadá e não conseguiu tirar o esgoto. Então hoje nós temos uma
474 captação, que é maravilhosa, linda, e aquela estação trabalha com metade da
475 capacidade dela, praticamente. Então essas coisas pequenas são importantes. E
476 este Conselho serve para trazermos aqui. Essas questões ambientais são sérias,
477 e eu levantei isso aqui e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. E
478 precisamos começar a pensar não de forma isolada. Foi uma apresentação muito
479 boa, muito bem-feita, tecnicamente, não tenho o que colocar, mas nós temos que
480 pensar estrategicamente o que nós vamos fazer com o abastecimento da região
481 metropolitana.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Nós sabemos que a
482 titularidade do saneamento no Brasil, nos municípios que não são metrópoles, é
483 do município. A concessionária é só a empresa que presta serviço. E no caso das
484 capitais são dos municípios e do Estado. Eu pergunto como está a relação do
485 município e do Estado com a Copasa nesse caso. Porque na minha cidade o
486 município se esconde e deixa a Copasa apanhar sozinha. É por isso que a
487 titularidade é do município. Por quê? Por causa da questão territorial. Então eu
488 queria saber como está isso aqui, só para informação, para podermos levar isso
489 para lá.” Núbia Vale/Copasa: “O senhor está falando em função dessas obras ou
490 do risco no geral ou da atuação da Copasa no geral? A Copasa trabalha em
491 conjunto com os órgãos, tanto a prefeitura como o governo do Estado. Nós
492 acolhemos as solicitações da prefeitura e trabalhamos em conjunto com o governo
493 do Estado. Por exemplo, nessas questões de Brumadinho, nós temos trabalhado
494 com o Comitê, com os órgãos de Estado. Mesmo porque a Copasa trabalha até
495 um certo âmbito, de um certo âmbito para frente ela não tem mais ação. Por
496 exemplo, eu não posso obrigar que um consumidor se ligue à nossa rede de
497 esgoto. Já o município pode fazer com que esse mesmo morador pare de lançar o
498 esgoto dele irregularmente em uma lagoa, em um rio e regularize sua situação.
499 Então hoje eu entendo que o relacionamento da Copasa com o Estado de Minas
500 Gerais é muito tranquilo. E nós temos um respaldo, sim, muito bom para
501 trabalhar.” Anderson Silva de Aquilar/SEMAD: “Eu vou só trazer uma informação,
502 dentro da fala do Tonhão, para trazer o esclarecimento. No ano passado, a
503 Secretaria de Meio Ambiente, junto com a Copasa, participou de algumas
504 audiências públicas municipais que trataram desses assuntos, sobre
505 abastecimento público, sobre a política de saneamento, tendo em vista a reforma
506 administrativa do governo do Estado de Minas Gerais, em que o saneamento se
507 torna competência da Secretaria de Meio Ambiente nos seguintes municípios: Rio
508 Acima, Contagem, Belo Horizonte e Mário Campos. Foram levadas essas
509 informações que estão sendo aqui apresentadas e critérios também relacionados
510 à agenda ambiental, no que se refere ao saneamento e à regulação.” Conselheiro

511 Adriano Nascimento Manetta: “Na verdade, é uma fala muito curtinha. No primeiro
512 ponto, para solidarizar com esse sofrimento de se ter engenheiros trabalhando no
513 lugar de advogados e advogados no lugar de engenheiros. Muito dos problemas
514 de estruturação da SEMAD se dissolveram quando conseguiram fazer bem essa
515 separação. Mas a pergunta, na verdade, é o seguinte. Com tanta coisa alucinada
516 que eu já ouvi falar ao longo dos anos sobre segurança hídrica, eu achei que a
517 Copasa não tinha um plano diretor. E agora eu fiquei muito curioso para conhecer.
518 É público, pode ser enviado, onde é que eu encontro?” Núbia Vale/Copasa: “Eu
519 não tenho essa informação se ele é público ou não, mesmo porque ele possui
520 informações estratégicas, inclusive, de onde a empresa tem interesse financeiros.
521 Porque querendo ou não a Copasa trabalha com saneamento, que é um bem da
522 população, só que é uma empresa e, querendo ou não, tem fins lucrativos. Então
523 eu não sei como ficaria essa questão dessas informações estratégicas. Mas a
524 Copasa está aberta a explicar mais detalhadamente esse plano. Eu trouxe só um
525 panorama aqui, porque eu acredito que não era o foco dessa apresentação,
526 apresentar o nosso plano diretor. E talvez nem seria eu a técnica adequada para
527 apresentar isso para vocês. Mas, caso o Conselho entenda que seria interessante
528 um detalhamento desse plano, a Copasa está aberta a receber esse convite.”
529 Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Como eu não conheço, é o
530 discernimento da Copasa, ou mandar uma versão resumida ou o que for possível.
531 É só um pedido.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Eu sugiro, faça um
532 requerimento, porque às vezes é possível disponibilizar boa parte dele.” Núbia
533 Vale/Copasa: “A Copasa apresenta esse plano, nós apresentamos esse plano em
534 outros ambientes. Só que como tem trechos dele que são de informação
535 estratégica, inclusive, de eficiência das nossas unidades, de vida útil das nossas
536 unidades...” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Talvez poderia ser levado
537 para a próxima reunião do CERH. Uma sugestão.” Conselheiro Adriano
538 Nascimento Manetta: “Aí fica o requerimento na medida daquilo que for possível.”
539 Conselheiro Pedro Calixto Alves de Lima: “Eu queria só fazer uma pergunta. Eu
540 estive com o secretário Marco Aurélio na CPI da Câmara de Belo Horizonte. Ele
541 foi até convidado em razão de, à época, estar respondendo pela Secretaria de
542 Cidades e a Copasa ser uma das vinculadas à Secretaria de Cidades. E lá teve
543 uma apresentação nesse sentido, teve algumas discussões. Nós tivemos uma
544 interlocução com a Copasa. E pelo que percebemos nós estamos trabalhando
545 com dois cenários. O pior cenário é junho, e um cenário realista, médio, é
546 setembro. Em não se concretizando, porventura, nenhum desses cenários, se vier
547 o pior regime de chuvas, como veio em 2014/2015, ou se a obra não ficar pronta
548 até setembro, existe um ‘plano C’? Porque o que foi colocado lá na CPI é que, a
549 depender da situação, existe uma possibilidade de, no ponto atual de captação, se
550 fazer um pré-tratamento, um terceiro caso para poder viabilizar a captação no
551 ponto que já existe. Como está a situação? Isso foi colocado lá para o secretário,
552 nós recebemos a Copasa, uma empresa foi lá para apresentar para nós também.
553 Como vocês veem essa questão.” Núbia Vale/Copasa: “Na verdade, essa

554 informação de que estava previsto um reforço de tratamento na ETA Rio Manso
555 para receber essa água contaminada – nós falamos ‘impactada’ – no Paraopeba,
556 nós temos um estudo de reforço na ETA Rio das Velhas no caso de hipotético
557 rompimento na bacia do rio das Velhas. No caso da bacia do Paraopeba, no início
558 das discussões, eu acho que a Vale propôs isso, mas eu não afirmo com certeza.
559 O que nós temos hoje é que a captação de água bruta do rio Paraopeba no trecho
560 impactado está vedada. Então a Copasa não trabalha com a possibilidade de
561 utilização dessa água, mesmo porque não temos expectativa de quando essa
562 água vai ser liberada e quais serão as condições em que ela vai estar. Hoje, a
563 Copasa trabalha com a expectativa de voltar com essa captação. Caso ela não
564 fique pronta na totalidade da obra, com todos os conjuntos motobombas
565 funcionando, nós já estamos etapalizando a obra de forma que ela fique com a
566 estrutura que nos interessa pronta, preferencialmente, antes ou até meados de
567 2020. Para que, mesmo que de forma provisória, façamos uma captação a fio
568 d’água, não da totalidade da vazão outorgada, mas da capacidade que for
569 possível, para já começarmos a aportar água na ETA do Rio Manso. E
570 paralelamente a isso a Copasa está prospectando novas alternativas de
571 abastecimento, em transferir abastecimento para outras áreas de influência, de
572 áreas do Paraopeba para áreas do Sistema Rio das Velhas. E dessa forma poupa
573 água dos reservatórios. E ainda tem a questão de que vamos entrar no próximo
574 período chuvoso. Então é muito precoce dizer. Existe o risco, mas a gente não
575 consegue ainda ter a certeza de quando vai acontecer. Mas a Copasa tem
576 acompanhado diariamente os níveis dos nossos reservatórios e o volume de
577 precipitação. E eu acredito que no final do próximo período chuvoso a gente
578 consegue dar uma posição certa. Mas podem ter certeza de que a Copasa está
579 trabalhando. Não estamos botando todos os ovos em um cesto só, não estamos
580 esperando, sentados na cadeira, que a próxima captação fique pronta em
581 setembro e que tudo vai dar certo. A equipe de engenharia está trabalhando em
582 várias frentes, inclusive com a Vale, porque, querendo ou não, foi ela que tirou
583 nosso conforto da reserva que tínhamos para os próximos períodos de estiagem.”
584 Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Obrigado, Núbia, pela disponibilidade
585 de vir aqui fazer essa apresentação.” Núbia Vale/Copasa: “Eu que agradeço e
586 gostaria de colocar a Copasa à disposição do Conselho, e sempre que for preciso
587 nós estamos à disposição para voltar.” **6) ATUALIZAÇÃO SOBRE O PROCESSO
588 DE DEFINIÇÃO DAS “ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO DE
589 MINAS GERAIS”. Apresentação: Instituto Estadual de Florestas (IEF).** Antônio
590 Augusto Melo Malard e Leandro Carmo Guimarães, do Instituto Estadual de
591 Florestas, fizeram apresentação sobre a atualização do processo de definição das
592 “Áreas Prioritárias para Conservação de Minas Gerais”. Em seguida, o tema foi
593 debatido pelo Plenário do COPAM. Debates. Conselheiro Miguel Ângelo Andrade:
594 “Nós recebemos o convite para participar do processo de construção do Atlas, e aí
595 eu parabeno. Nós entendemos que o processo é completamente aberto, aliás,
596 melhorado e muito na sua versão de 2005, o que é natural. E ressaltar que todos

597 os documentos que fundamentaram, a exemplo do que eu apresentei aqui no
598 informe, ampliação da reserva da biosfera, criação dos mosaicos, discussão do
599 Programa Nacional do Conecta, que é um programa de conectividade com base
600 em corredores de paisagem, que é mais amplo do que corredores ecológicos, em
601 todos os fóruns de que temos participado, é extremamente elogiosa a ação de se
602 ter uma política pública baseada na escala de áreas prioritárias para o Estado.
603 Esse é o primeiro ponto que é importante ressaltar. Então nós nos sentimos muito
604 tranquilos em falar desse processo aberto de participação, que entendemos que é
605 importante. E segundo a importância, mais do que uma ferramenta, uma lógica de
606 priorização. Eu vou entrar no site hoje e vou sugerir, mas queria deixar de público.
607 Se não me engano, foi no ano passado, na reunião do COPAM, e na época o
608 Henri Collet era diretor do IEF e nos apresentou aqui um passivo econômico de
609 R\$ 2,7 bilhões, salvo melhor juízo, para regularização fundiária de unidades de
610 conservação de proteção integral no Estado. Eu acho que é importante, neste
611 momento de construção e atualização do Atlas das Áreas Prioritárias, sobrepor
612 uma informação que diz respeito às áreas devolutas do Estado, que já são do
613 Estado e tornam então prioritárias as suas medidas, inclusive, de conservação
614 daquelas áreas que são devolutas. Sobrepor as áreas prioritárias. Porque eu acho
615 que o custo da conservação no processo de desapropriação e velocidade de
616 conservação, dando resposta ao próprio Atlas, possa ser visto como uma medida
617 menos impactante sobre diversos aspectos – econômicos, sociais – e com maior
618 agilidade. Então fica a minha sugestão. Eu vou fazer isso, oficialmente, mas eu
619 acho que é importante sobrepor esse tipo de informação. Se não me engano, a
620 Seapa fez um levantamento, no ano passado e no retrasado, sobre essas áreas
621 devolutas. No entanto, com a apresentação do próprio IEF aqui, isso nos alerta
622 para a necessidade, primeiro, certamente, da regularização fundiária, mas isso
623 não impede esse argumento do prejuízo social sobre a desapropriação de terras,
624 a criação de unidades de conservação, uma vez que tem áreas disponíveis e
625 devolutas do próprio Estado para serem estudadas para conservação da
626 biodiversidade, das paisagens, das águas, da cultura etc. Então é um alerta que
627 eu gostaria de fazer aqui aos senhores e senhoras.” Presidente Antônio Augusto
628 Melo Malard: “Nós já tivemos e estamos tendo várias reuniões e articulações com
629 a Seapa para o levantamento de áreas devolutas. Não é fácil fazer o levantamento
630 de todas. Não sei, até por uma questão de prazo, se seria possível fazer essa
631 compatibilização, mas, sobre apresentar como sugestão dentro da consulta
632 pública, nós podemos, claro, fazer uma avaliação mais aprofundada. De toda
633 forma, o assunto terras devolutas está sendo tratado de forma prioritária não só
634 pelo IEF e a SEMAD, mas também pela Seapa, porque nós precisamos, antes de
635 mais nada, conhecer aonde estão essas áreas. Existe um mapeamento, mas
636 infelizmente não está nem próximo do total existente de áreas devolutas, inclusive
637 porque, no âmbito do programa Parc, o Programa de Concessão de Parques
638 Estaduais, nós precisamos conhecer essas áreas para concessão da gestão da
639 visitação para alguma entidade privada. Então já é um levantamento que está

640 sendo feito, só não sei se conseguimos finalizar até o final do ano. Eu acho muito
641 difícil, mas está sendo tratado também de forma prioritária. Um ponto importante
642 também que eu mencionei, mas muito rapidamente, eu falei que o Projeto Somos
643 Todos Água de certa forma compatibiliza com o Projeto de Áreas Prioritárias, e
644 uma das políticas públicas mais importantes que esse projeto vai ter uma
645 condição de subsidiar decisões é justamente a questão hídrica. Hoje vivemos um
646 grande problema que é a crise hídrica, e a definição dessas áreas será de
647 extrema importância para decisões, definições, não só do IGAM, mas do
648 Saneamento. Com certeza, contribuirá muito para uma série de ações
649 relacionadas aos recursos hídricos e todas as outras que eu mencionei. E, claro,
650 não esgotei todas as possibilidades de uso dessa ferramenta.” Conselheiro
651 Wagner Soares Costa: “É louvável realmente a revisão do mapa, não apenas
652 porque está na lei, mas porque é necessário fazer a revisão. Mas nós
653 percebemos, e você falou há pouco da questão da visão econômica e da visão
654 social, e no material que foi colocado para nossa leitura não temos percebido
655 muito na colocação dos mapas que foi feita alguma referência econômico-social.
656 Nós percebemos que o estudo está muito voltado para a questão ambiental,
657 esquecendo-se um pouquinho do desenvolvimento sustentável. Nós acreditamos
658 que o desenvolvimento sustentável é uma questão de ‘perde-perde’ para todos
659 ganharem. Perde um pouco a economia, perde um pouco o social, perde um
660 pouco o meio ambiente, todos nós ganhamos. Existe lá uma fala de que não está
661 havendo um aumento substancial das áreas prioritárias em relação ao mapa
662 antigo. Está dando 32% de ocupação do território. Na última versão, nós estamos
663 com 30%. Atualmente, são 33%, a primeira proposta deu 26%, e essa segunda
664 agora, 30%. Mas retiraram dessas áreas as unidades de conservação, retiraram
665 desse somatório. Se somarmos esses 176 mil km² de 30% no Estado com as
666 áreas de conservação que foram tiradas, as unidades de conservação, aumenta
667 para 236 mil km² e dá para 40% do Estado. Salvo melhor juízo, porque foi uma
668 leitura muito rápida, de ontem para hoje, nós temos percebido o seguinte: áreas
669 que não estavam no mapa anterior estão agora. O Triângulo Mineiro é uma delas.
670 E áreas que foram retiradas, retiraram-se de áreas que não têm tanta importância
671 econômica como tem o Triângulo Mineiro. Então vemos, por exemplo, o seguinte.
672 Como fica a expansão urbana? Nós estamos fazendo uma situação atual e temos
673 que ter expansão urbana no futuro. Como ficam os empreendimentos lineares,
674 estrada, transmissão de energia... Vão ter que fazer um zig-zag muito grande para
675 resolver alguns problemas econômicos. Verificamos também que, como vai ser
676 um fator locacional, a distribuição atual das áreas poderá anular os benefícios da
677 217. Eu não digo integralmente, mas em boa parte das regiões de Minas Gerais a
678 217, que é considerada um avanço, vai ter um certo grau de restrição maior e com
679 isso anular os seus efeitos de benefício para o licenciamento ambiental. Então nós
680 ficamos em uma situação de que não nos parece, efetivamente, que o trinômio foi
681 beneficiado nesse processo, olhado na medida do equilíbrio entre econômico,
682 social e ambiental. Na nossa leitura primária, temos a observação de que o

683 equilíbrio foi rompido em função da questão ambiental, deixando essa questão
684 das expansões futuras do desenvolvimento do nosso Estado em função desse
685 benefício atual do meio ambiente. Então nós do setor indústria estamos
686 analisando com bastante cuidado, esperamos contribuir bastante na consulta
687 pública, vamos participar dessa reunião setorial com bastantes proposições e
688 esperamos que as nossas proposições, pelo menos aquelas consideradas mais
689 importantes, sejam atendidas.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Eu acho
690 que todos precisam de um tempo maior para fazer uma análise mais aprofundada
691 do que foi passado. Nós fizemos abertura, ontem, então tem muito pouco tempo.
692 E teremos o espaço na reunião para tratar questionamento por questionamento.
693 Em uma primeira reunião, que vai ser realizada na semana que vem, mas,
694 principalmente, em uma segunda, em que ponto a ponto serão esclarecidos, e dito
695 se acatados ou não, e, se não acatados, por que não, devidamente justificado. Eu
696 acho que hoje não é o caso de entrarmos especificamente em cada detalhe. Em
697 relação à porcentagem, não era o número que eu tinha. De forma mais ampla, eu
698 pediria para o Leandro mencionar, porque não chegaria a 40%. E só uma outra
699 questão, é claro que não vamos ter o mesmo mapa de 2005, pode ser menor ou
700 pode ser maior. Porque se tivéssemos o mesmo mapa de 2005 não precisaríamos
701 desse trabalho. Então é natural que tenhamos um mapa maior ou menor, que
702 áreas que hoje sejam consideradas prioritárias deixam de ser prioritárias, pelo
703 refinamento do projeto e até por uma escala mais adequada, e o contrário
704 também, que áreas hoje não consideradas prioritárias se tornem prioritárias. Não
705 só como atualização, uma fonte de dados mais robusta, mas porque se passaram
706 também 14 anos. Eu não estou dizendo nem que vai aumentar ou diminuir. Hoje
707 nós temos um mapa preestabelecido, que não está definido, em que temos um
708 acréscimo. Pelo menos, o último que eu tinha era, em termos de áreas prioritárias,
709 muito alta ou extrema, passando de 18% para 21%, se não me engano. E em
710 termos de todas as áreas prioritárias passando de 32% para 26%. Ou seja,
711 reduzindo em relação a todas as áreas, mas aumentando em relação àquelas
712 estabelecidas para o critério locacional no âmbito do licenciamento. Mas como eu
713 disse anteriormente isso não está fechado, nós vamos verificar e analisar todas as
714 considerações que forem apresentadas. Eu acho que não é o momento também
715 de colocar ponto a ponto, até porque não temos aqui o mapa, os documentos, os
716 questionamentos tecnicamente colocados. Mas, como eu disse anteriormente, as
717 ocasiões para que isso seja feito serão ocorridas em breve.” Conselheiro Carlos
718 Alberto Santos Oliveira: “Antônio Malard, você é um técnico aqui do Sistema de
719 Meio Ambiente de Minas Gerais que hoje ocupa o cargo de diretor-geral do IEF e
720 nessa condição você tem a confiança plena e absoluta da Federação da
721 Agricultura na construção desse modelo de meio ambiente aqui para o Estado.
722 Então no momento em que você afirma que todos os questionamentos serão
723 verificados, se aprovados, por que aprovados, se não aprovados, por que não
724 aprovados, eu acredito nisso. Mas eu fico preocupado: 40% da área do Estado de
725 Minas Gerais para preservação, se é isso, um pouco acima, um pouco abaixo. No

726 meio ambiente rural, nós já temos a reserva legal, que é 20% das áreas das
727 propriedades; as áreas de preservação permanente, aquelas listadas no Código
728 Florestal; as áreas de uso restrito, que são também listadas no Código Florestal;
729 as unidades de conservação, que bem ou mal implementadas, ou não
730 implementadas, existem. E agora, mesmo com a previsão legal de que existem
731 essas áreas e que elas têm que ser atualizadas, eu teria muito cuidado em
732 ponderar. Em uma reunião desse grupo que está trabalhando esse estudo desse
733 mapa, se for todo o setor produtivo aqui representado – nós somos sete entidades
734 –, nós vamos discutir com mais de cem profissionais da área, das universidades,
735 faculdades, academia, órgão ambiental. Então se for no voto, como tem sido, nós
736 perdemos tudo isso. E o meu receio maior é que essas áreas de restrição de uso,
737 áreas prioritárias, prejudiquem em muito o que nós avançamos na DN do
738 licenciamento ambiental. Todas essas questões que nós colocamos aqui nós
739 colocamos na reunião lá, e nenhuma delas foi respondida. Não é o momento de
740 se fazer a discussão, mas fica aqui a nossa preocupação, e reafirmando a
741 confiança no diretor-geral do IEF.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard:
742 “Obrigado, conselheiro. Em relação à área, o Leandro vai se posicionar. Quanto à
743 participação do voto, deixar claro que em nenhum momento, até aonde estamos,
744 houve votação, as oficinas não trabalham com deliberação. Os pontos são
745 apresentados, e depois a equipe técnica faz uma análise desses pontos para
746 considerar se são válidos ou não, se são pertinentes ou não. Então não existe
747 essa questão. Em relação à representatividade agora, o que nós vamos fazer nas
748 reuniões, na semana que vem e nas outras, é porque são muitas pessoas: nós
749 vamos dividir essas reuniões. Vamos fazer uma rodada com o setor produtivo,
750 outra rodada com as ONGs, rodadas também com a academia e com as
751 secretarias de governo. E abrindo para que os representantes de cada uma
752 dessas unidades convidem aqueles que julgarem pertinentes. Também não dá, a
753 princípio, para ter 200 pessoas em uma reunião, mas aí os setores vão identificar
754 quem são os atores que devem estar presentes. Até porque também, quando tem
755 uma reunião com 50 pessoas, ainda mais uma reunião técnica, as coisas não
756 fluem. Mas aí ficará a cargo dos setores, por exemplo, a Faemg, definir quais são
757 as pessoas, elencar os indicados a participar. Nós não vamos entrar nessa
758 questão.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu queria fazer uma
759 complementação. Na qualidade de bacharel em direito, eu tenho, nos últimos 20
760 anos do Sistema COPAM, pejejado para entender a lógica ambiental e o que está
761 por trás desse interesse, que nos consome tempo e energia. Eu não entendi por
762 que dar continuidade aos estudos através de consulta pela internet, eu entro lá na
763 minha máquina e mando e-mail. Eu tenho dificuldade de entender como isso pode
764 colaborar com um projeto tão ambicioso e tão importante, conforme foi falado.”
765 Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Conselheiro, nesse ponto eu sou
766 obrigado a discordar, porque é uma oportunidade de participação efetiva de todos
767 os interessados. Eu acho que quanto mais nós abirmos para uma consulta
768 melhor é, mas não é a única forma. De fato, talvez, presencialmente, seja melhor

769 para colocar as argumentações, só que presencialmente nós teremos que ter em
770 um fórum de 5 mil pessoas, sei lá quantas pessoas. Então por isso uma abertura
771 por meio de consulta pública, processo amplamente utilizado. Inclusive, no
772 Sisema, na DN 217, na revisão da DN 74, nós fizemos isso, e foi muito proveitoso.
773 Por conta dessas consultas, várias contribuições pertinentes foram incorporadas
774 dentro do processo que foi trazido para o COPAM. Eu acredito que muito foi
775 questionado quanto à participação, e nós estamos tentando agora oferecer a
776 maior participação possível para qualquer interessado.” Conselheiro Adriano
777 Nascimento Manetta: “Eu acho muito feliz a colocação do Carlos Alberto e reforço
778 a confiança que o nosso segmento tem na sua condução à frente do IEF. Que o
779 estudo de 2005 é horrível, o nosso segmento não tem dúvida nenhuma disso. Tem
780 problema de atecnia, tem problema de escala, tem problema de toda natureza.
781 Nós já cansamos de argumentar e posicionar isso no COPAM, na Assembleia, em
782 tudo que é lugar. A meu ver, aquilo ali, quando muito, servia como um escopo de
783 trabalho para se começar a definir aquelas manchas que estão ali, estudar
784 aquelas áreas para se chegar a alguma conclusão depois disso. Mas é o que está
785 na mesa. Então, a princípio, a ideia de rever isso me parece necessária. Eu fico
786 satisfeito que o professor Miguel tenha tido muitos convites, a participação é
787 aberta, mas, de fato, para o nosso segmento imobiliário, a questão foi muito
788 obscura até agora. Nós simplesmente não tomamos conhecimento, e só tomamos
789 agora e acho que será efetivamente sanada, com as propostas que estão na
790 mesa, essa questão de participação, pois efetivamente nós corremos o risco de
791 que isso fosse publicado sem nem termos conhecimento. E não tínhamos até
792 ontem conhecimento de mapa, de fundamentos etc. Com a consulta, isso ficou
793 visível. E o que sobressai ali são muitos problemas. Eu não vou entrar em todos
794 eles – parece bastante complicado em uma primeira análise –, vou entrar nos
795 principais. O primeiro deles, se são 20%, 30% ou 40% da área do Estado, não me
796 importa, isso é absolutamente demais para uma lógica de áreas prioritárias para
797 conservação. Dá a impressão de que o objetivo é conservar tudo o que é possível
798 conservar no Estado e não aquilo que é prioritário. Um segundo ponto, em relação
799 às manchas condensadas, o novo estudo criou tentáculos. Isso quer dizer o
800 seguinte: principalmente, Seinfra, Sede e Seapa, prestem atenção, todo
801 empreendimento e planejamento desses segmentos terão interferência com essas
802 áreas prioritárias para conservação. As Secretárias têm que colocar os seus
803 planos de futuro para compatibilizar com isso. E outra coisa é o seguinte, muito se
804 diz que ‘não é assim tão grave, é um instrumento de planejamento’... Mas não é
805 instrumento de planejamento nenhum, é um instrumento de restrição extremada,
806 senão com base em legislação, com base em argumentação dentro dos
807 processos de licenciamento. E de encarecimento. Vai virar um estudo adicional
808 para qualquer um que precisa intervir em uma área dessa. Então tem que ter
809 muito cuidado e muita interlocução. É curioso que, do que consta do próprio
810 estudo, essas três Secretarias não foram consultadas. O que está na página de
811 Secretarias de Estado que são trazidas são IEF, IGAM, SEMAD, Copasa, FEAM e

812 Cemig. Então é muito importante essa compatibilização, isso tem que ser um
813 planejamento integrado de governo, não pode ser só um elemento de
814 conservação. E não pode ser feito de maneira atropelada – eu vou pedir desculpa
815 ao professor Miguel –, como foi feito no Mosaico do Quadrilátero Ferrífero, em ‘31
816 de dezembro à noite’, contra o posicionamento de municípios, contra o
817 posicionamento do setor produtivo. O instrumento deixa de ser de planejamento e
818 se torna um instrumento de guerra. É o risco que isso aqui contém. E o outro
819 elemento, que para mim é muito grave, é essa questão de tratar não cursos
820 d’água de classe especial ou de classe 1 – isso é outra coisa –, mas segurança
821 hídrica de territórios municipais a partir de ótica estrita de conservação. Segurança
822 hídrica se constrói, primeiro, na produção de água, segundo, na conservação
823 necessária para essa produção de água, terceiro, tratamento de esgoto. Não cabe
824 tratar disso no escopo de áreas prioritárias. Se houvessem estudos prontos,
825 trazidos para cá, ok. Abrir por aqui é fechar o caminho para discussão séria nesse
826 sentido. Na minha primeira leitura, esse campo jamais deveria ter sido tratado
827 aqui, exceto nessa lógica, normal, antiga, dos cursos que são muito bem
828 conservados etc. E o último ponto, a meu ver, muito grave também, é que os
829 planejamentos municipais e as estruturações dos municípios são simplesmente
830 desconsiderados. Isso não pode ser dessa maneira. A área urbana considerada
831 no estudo é o microperímetro do que está implantado, sem levar em consideração
832 o que é planejado. É um problema de equilíbrio, mas hoje, com todas as camadas
833 que nós temos, qualquer restrição é definitiva, qualquer autorização é provisória.
834 Enfim, eu já falei demais, acho que o debate principal não é aqui. Causa bastante
835 preocupação ao setor, mas vemos que uma correção de rumos na discussão que
836 é capaz de trazer a situação e a discussão para um equilíbrio mais acertado, virá,
837 de fato, em um instrumento de planejamento do Estado.” Presidente Antônio
838 Augusto Melo Malard: “De fato, nós vamos ter oportunidade depois de discutir
839 ponto a ponto. Mas, só um ponto em específico, o fato de ser considerado
840 prioritário não significa propriamente uma inviabilidade de qualquer tipo de
841 empreendimento. Mas claro que precisamos discutir mais, apresentar todas as
842 argumentações técnicas, avaliar de forma mais minuciosa, ponto a ponto, o que
843 vai ser tratado em cada uma dessas reuniões. E os argumentos que vocês vão
844 trazer serão amplamente avaliados pela equipe técnica do Sisema como um todo
845 e também do consórcio.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Desde o
846 momento da explanação aqui, eu tenho o sentimento de que parece que Eduardo,
847 da Fetaemg, está aqui nesta sala. Se ele estivesse aqui, fisicamente, eu acho que
848 ele ia dar um banho na gente com relação a esse debate. Sem querer ser
849 filosófico, eu acho que esse tema tem que ter um parecer científico, forte, firme e
850 também a resposta da sociedade para o que ela quer para o Estado. Pelo meu
851 ponto de vista, tudo que foi devastado no Estado seria área prioritária. Porque
852 tudo que foi devastado é área de recarga de aquífero. Eu acho que os próprios
853 corpos d’água que nós temos podiam ser até de concreto, porque eles não têm a
854 função de produção de água das áreas de recarga. E nós temos hoje o Cerrado

855 sem água por causa da devastação. Eu estou falando isso porque na minha
856 região nós trabalhamos com proteção de nascentes e veredas, e eu estou vendo,
857 entra ano, sai ano, o que está acontecendo, e não tem água. O pessoal já está
858 correndo para barramento e água subterrânea. Conclusão: está o caos instalado.
859 Por isso que eu acho que o Estado tinha que pegar estudos científicos e levar
860 para a sociedade, e em cima disso termos uma ampla discussão para ver o que
861 todo mundo quer. Para mim, está tudo errado o que está acontecendo em termos
862 de uso do território em todo o Cerrado brasileiro, sem falar da Caatinga e de
863 outros biomas. Eu ouvi falar aqui que foi levada em conta mais a questão
864 ambiental do que a social e econômica. Interessante, eu estou achando que
865 agora, enfim, o Estado está buscando levar para a sociedade, através da
866 preocupação ambiental, o ganho social e o ganho econômico. Porque está se
867 propondo que, através de uma recomposição ambiental, nós tenhamos melhor
868 qualidade de vida. Eu entendo o contrário de tudo que está sendo dito aqui.
869 Inclusive, eu falo muito em reuniões de Comitês de Bacia o seguinte. Quando às
870 vezes se libera uma outorga de grande porte, o pessoal segura muito na 'água
871 que nós temos', 'a água que nós temos é essa, podemos liberar isso', mas
872 ninguém fala nunca sobre a biodiversidade, ninguém fala nunca da conectividade
873 da floresta com produção de água e ninguém fala nunca da água que nós
874 podemos ter. Isso eu estou dizendo para vocês com sentimento do que vivemos
875 na base. Uma outra questão que foi colocada aqui, que eu escutei, falando sobre
876 compensação, sobre unidade de conservação, só para passar para vocês uma
877 informação, que há muitos anos a nossa indignação é imensa com relação às
878 compensações florestais. Vem para a CPB, a CPB pega o recurso e fala 'nós
879 vamos legalizar as unidades de conservação no que diz respeito à questão
880 fundiária'. No entanto, nós temos uma unidade de conservação em Paracatu de
881 mais de 8.000 hectares, um parque estadual, que se não me engano é a única
882 unidade de conservação no Estado que está toda legalizada, que foi fruto de uma
883 compensação com a mineradora de Paracatu. E quando nós criamos essa
884 unidade de conservação – o Estado –, nós nos vimos tranquilos porque
885 entendemos que com todos os recursos advindos de compensatórios na nossa
886 região iríamos transformar nossa unidade de conservação em unidade modelo. No
887 entanto, os recursos, mesmo vindo aqui dentro das Câmaras Técnicas... Igual
888 aconteceu no ano passado, quando o empreendedor veio aqui na CAP, com um
889 conselheiro nosso, falar 'pelo amor de Deus, eu quero o meu compensatório para
890 a unidade de conservação de Paracatu, eu não estou pedindo para dividir em
891 tantos pagamentos'. Aí o recurso foi para o caixa, deve ter sido contingenciado
892 isso, não resolveu nada e nós continuamos esperando os compensatórios lá para
893 melhorar as nossas condições. Para finalizar, eu digo o seguinte: a nossa questão
894 é comportamental, e vai chegar o momento em que a própria natureza vai bater na
895 mesa, 'opa, isso tem que ser resolvido de outra maneira'. Porque as áreas
896 prioritárias têm que ser consertadas, e praticamente tudo. Nós temos na Bacia do
897 Paracatu, de 4,2 milhões hectares, 50% da área devastada por pastagem na

898 criação de gado. Nós temos na Bacia do Paracatu, por exemplo, 10 mil hectares
899 de mineradora; 5% da bacia, 150 mil hectares, de agricultura irrigada. O restante,
900 tirando esses 50% da pastagem degradada, é agricultura de sequeiro. E tudo em
901 área de recarga, prova tanto que não temos água. Quem produz água não é o rio,
902 quem produz a água que vai para o rio não é nascente nem vereda, é a área de
903 recarga que está arrebetada. E eu já mostrei no início da nossa fala, já falei para
904 vocês sobre estrada rural carreando sólido, entra ano, sai ano, para os corpos
905 d'água, sem levar em conta que o cascalho retirado é retirado em área de recarga.
906 Imagina quantos milhares e milhares de hectares nós temos de área degradada
907 que está lá jogada. Então eu acho que nós temos que ter uma discussão madura,
908 com levantamentos científicos, e levar essa informação para a sociedade para ver
909 o que a sociedade quer. Na minha região, por exemplo, com relação à mineração,
910 não tem a mínima preocupação. Lá nós temos 10 mil hectares de lavra e de
911 barragem etc. na mineração. Agora, o resto é devastação total, principalmente
912 pela pecuária.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Só em relação às
913 compensações, claro que isso é um ponto importante, um ponto de atenção não
914 só do Sisema, do Governo, que gostaria de aplicar todos esses recursos nas
915 unidades de conservação. Pelo menos em relação à compensação minerária, hoje
916 nós conseguimos alocar recursos de forma muito mais expedita. Inclusive, na
917 semana passada, aqui no COPAM, nós conseguimos a deliberação de utilização
918 de R\$ 6,9 milhões provenientes da compensação minerária para alocação de
919 aeronaves a serem utilizados para combate a incêndio. Então nós vimos
920 conseguindo, felizmente, melhorar o rendimento, vamos dizer assim, de utilização
921 dos recursos de compensação, seja a minerária, seja a compensação do Snuc,
922 mas precisamos ter muitos avanços ainda para que possamos utilizar plenamente
923 todos esses recursos. É algo que está na agenda diária não só do Sisema como
924 do governo.” Conselheiro João Batista Barbosa Júnior: “Senhor diretor, eu fico
925 olhando o senhor daqui e fico imaginando o desafio que vossa excelência tem. Na
926 verdade, a questão ambiental já é complexa e multidimensional. Agora, eu estou
927 falando da questão ambiental, e a ela se liga umbilicalmente a questão do
928 desenvolvimento sustentável, a questão econômica, e tudo isso no contexto de um
929 Estado continental que é Minas Gerais. Minas são várias, e um conselheiro que
930 me antecedeu falou a palavra ‘mosaico’. Trabalhar um tema que já é complexo,
931 que é o meio ambiente, em uma ambiência complexa, continental, que é Minas
932 Gerais, torna o seu desafio, o desafio desse órgão um desafio de alta monta. Mas
933 eu queria dizer que é importante ouvir o que eu ouvi aqui hoje. E acreditando no
934 espírito público que o senhor tem, Dr. Antônio, e no espírito público que todos nós
935 temos aqui, a lição fundamental que eu extraio aqui, além da lição ambiental
936 propriamente dita, o conselheiro que me antecedeu agora deu uma aula sobre a
937 questão de água, e nós aprendemos com muitos colegas que estão aqui. Embora
938 eu esteja aqui há pouco tempo, eu tenho para mim que hoje estou certo disso, que
939 a lição mais importante que nós extraímos dessa discussão é que a democracia
940 ainda é – excluídos os outros regimes – o melhor regime para se viver. Nesse

941 tempo em que se questiona tanto se vale a pena ou não a democracia, por incrível
942 que pareça esse debate está até hoje presente, nós temos que fazer uma opção
943 clara e inequívoca porque todos nós, antes de qualquer coisa, temos quer
944 militantes do estado democrático de direito. É somente no estado democrático de
945 direito que podemos ver o que vimos aqui hoje, uma pluralidade de vozes, a
946 contestação, a ideia que diverge da minha, mas sempre no campo das ideias. O
947 pior dos cenários, a meu sentir, seria o cenário em que imaginamos uma temática
948 complexa dessa descesse goela abaixo, 'é isso aí, aceitem dessa forma'. Seria o
949 pior dos cenários. Então o que vemos aqui hoje é a validade, a vigência do valor
950 da democracia. Isso é muito importante para nós. E eu queria terminar, Dr.
951 Antônio, ponderando o seguinte: eu tenho plena ciência e consciência da
952 fundamentalidade que é esse ato, esse instrumento de política pública, mas, a
953 meu ver, a pior coisa que poderia acontecer é ele ser aprovado sem que fosse
954 feita essa construção de múltiplas vozes e padecesse de um vício que é um vício
955 gravíssimo, sobretudo em se tratando de normatividade de direito, que é o da
956 ineficácia. Já é nascer morto, sem legitimidade. Então eu tenho para mim que, a
957 despeito da dificuldade de uma construção dessa – e é isso mesmo, estamos
958 tratando de um tema complexo –, nós temos que caminhar, construir pluralmente
959 as opções. E nós sabemos que o caminho é sinuoso. Mas à medida que nós
960 discutimos e acreditamos na colegialidade esse instrumento pode ser revisto,
961 refeito e nascer sob o signo da legitimidade. Ou seja, qualquer que seja o meu
962 setor, eu reconhecer, embora eu tenha feito concessões ou embora tenha feito
963 poucas concessões ou o outro setor venceu na discussão', ele nasceu sob o signo
964 da legitimidade. É eu me reconhecer nele. Então eu acho muito importante isso. E
965 por fim, Dr. Antônio, eu reitero um ponto aqui que, para mim, é essencial. Eu
966 quero dizer para o senhor que sou municipalista, e nós não podemos esquecer de
967 uma realidade local, sobretudo em se tratando de Minas Gerais, esse continente.
968 Se nós não ouvirmos também a base, mesmo se isso se tornar o mais complexo
969 que seja, se não ouvimos a base, o município, o diretamente interessado, nós
970 pecaremos também pela falta de legitimidade, porque nós incorreremos no risco
971 de impor uma visão de mundo, uma realidade, que contesta na base. E aí ao invés
972 de termos um instrumento de regulação de política pública nós teremos um
973 instrumento que vai ser esvaziado na base, que vai ter a recusa. Então eu tenho
974 para mim – não sei como vossa excelência está conduzindo isso – uma maneira
975 de os municípios, a base ser ouvida, sempre preocupado com a questão da
976 legitimidade. Então eu termino dizendo isso. É apostando que, conforme o senhor
977 disse, nós vamos corrigir esses rumos, reabrir o debate e estender a pluralidade
978 partindo desse pressuposto de que nós poderemos caminhar para aquilo que eu
979 acho que é excelente, nós acreditarmos que podemos construir um instrumento
980 que seja a resposta às múltiplas vozes aqui. Alguém dirá 'isso é impossível'.
981 Vamos caminhar. Se a política é a arte do possível, todos nós acreditamos nisso.
982 Então eu acho que é isso, o caminho é esse, e torço para que em tudo que o
983 senhor anunciou aqui hoje nós possamos caminhar e construir pluralmente e

984 democraticamente esse caminho.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Em
985 relação aos municípios, daí a importância da consulta pública, para que qualquer
986 um possa se manifestar. E está aqui também o presidente da Anamma, o Danilo,
987 que está inscrito, inclusive, e vai fazer o uso da palavra e, claro, será muito bem-
988 vindo nas discussões que agora virão.” Conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais:
989 “Senhor presidente, fazendo justiça também, está aqui o representante da
990 Associação Mineira de Municípios, Licínio Xavier, biólogo competente, inteligente.”
991 Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Doutor Licínio, meu professor, estudei
992 com ele. Dr. Licínio, da AMM, claro, um grande parceiro do Sisema.” Anderson
993 Silva de Aguiar/SEMAD: “Eu vou até aproveitar a deixa em relação aos
994 municípios. Como a consulta pública está no site, os municípios que fazem parte
995 do processo de municipalização, seja pela competência originária ou competência
996 delegada, também foram orientados a acessar o site e fazer a sua participação.
997 Como já foi dito pelo senhor e também pela equipe do IGAM, a definição de áreas
998 prioritárias traz diversos outros instrumentos que não apenas o licenciamento
999 ambiental. O licenciamento ambiental talvez tenha a menor parte, a menor
1000 implicação em relação a tudo aquilo que o plano se propõe a trazer para o
1001 planejamento. Mas é importante destacar que o critério locacional, que já existe na
1002 DN 217, não vai sofrer alteração. Vai sofrer um aprimoramento em relação ao
1003 plano, porque ele vai ser atualizado. Da mesma forma, o termo de referência que
1004 tem para estudos em áreas prioritárias também vai sofrer algum tipo de ajuste à
1005 medida da sua necessidade. E a melhor orientação de escala e também de
1006 planejamento em relação às novas áreas que são definidas como prioritárias, nós
1007 entendemos que vai auxiliar no processo de regularização.” Presidente Antônio
1008 Augusto Melo Malard: “A Renata quer fazer um breve esclarecimento em relação à
1009 questão dos recursos hídricos e a convergência do programa ‘Somos Todos Água’
1010 com o mapa de áreas prioritárias.” Renata Batista Ribeiro/IGAM: “A ideia do
1011 ‘Somos Todos Água’, que está baseado em garantia à segurança hídrica, não
1012 pensa só sobre o eixo de conservação e recuperação de ecossistema, está sendo
1013 pensado também sobre o eixo de reuso, uso racional, produção sustentável,
1014 saneamento e controle de poluição, além de obra hídrica. Então não se fala em
1015 garantir segurança hídrica somente pensando em conservação e recuperação de
1016 biodiversidade. Era esse esclarecimento que eu queria fazer hoje e espero termos
1017 a oportunidade depois de a Marília, a quem estou representando hoje, apresentar
1018 o projeto para vocês.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Dentro dessas
1019 ideias, existe algum estudo a respeito de levantamento das áreas de recarga?
1020 Porque eu, por exemplo, acho que ‘a prioridade da prioridade da prioridade’ é a
1021 área de recarga e não conheço no Brasil nenhum estudo sobre área de recarga,
1022 ninguém sabe onde é que essas áreas estão. Então eu acho que se falarmos em
1023 termos de área prioritária, estamos falando principalmente em segurança. Lógico,
1024 segurança hídrica nós sabemos que é vasto. Agora, descobrir onde estão essas
1025 áreas prioritárias também é segurança hídrica. E através do levantamento a
1026 respeito das áreas de recarga. Porque não tem mapa disso no Brasil.” Renata

1027 Batista Ribeiro/IGAM: “O projeto ‘Somos Todos Água’ está sendo feito em cima da
1028 área prioritária do IEF que está sendo construída, então é o ‘prioritário do
1029 prioritário’ para chegar às áreas prioritárias para garantia de segurança hídrica. E
1030 diversos critérios foram estabelecidos: social, econômico e diversos outros que
1031 foram todos estabelecidos em oficina. Hoje eu não consigo realmente dizer se foi
1032 levado em conta, mas podemos trazer essa informação na próxima reunião.”
1033 Conselheiro João Carlos de Melo: “Eu tenho participado em grande parte da
1034 minha vida e me dedicado a planejamento estrutural de grandes regiões em uma
1035 série de segmentos diferentes. Eu participei de uma das reuniões desse grupo
1036 para definição de áreas prioritárias, e o que me deixou um pouco tenso, vamos
1037 dizer assim, em tudo isso foi uma ferramenta básica, que é a função de governo:
1038 avaliação de integração de áreas prioritárias. Essa avaliação de áreas prioritárias
1039 como um todo envolve tudo isso que foi falado até aqui neste momento, como
1040 questões de expansão urbana, questão de água, questão de outras nuances que
1041 ocorrem e tudo mais. No segmento que o Ibram vem trabalhando, eu não notei a
1042 questão específica relativa a direito minerário agregado a essas áreas. Ou seja,
1043 todas aquelas sequências de possíveis expansões até então comentadas ou
1044 levantadas – isso vai ser reavaliado, conseqüentemente – estão exatamente sobre
1045 aquelas áreas onde ocorrem maior concentração minerária no Estado. Ou seja, a
1046 ANM, Agência Nacional de Mineração, poderia muito bem ser um dos entes
1047 participativos desse grupo que vem trabalhando em tudo isso. Essa avaliação
1048 ambiental estratégica pressupõe prever tudo isso. Foi comentada agora há pouco
1049 a questão sobre água. O que interessa, o que envolve água são os grandes
1050 mananciais existentes, as grandes áreas de recarga de todos os nossos
1051 aquíferos. E hoje eu posso informar o seguinte. Existe um órgão no âmbito federal
1052 que detém todas as informações, basta procurar. Inclusive, com as ferramentas
1053 mais modernas de avaliação de todos esses aquíferos, não só de Minas Gerais,
1054 como da Bahia, e como esses aquíferos estão interligados. Ou seja, em uma
1055 avaliação ambiental estratégica se prevê tudo isso em função dessas ferramentas.
1056 Eu não estou querendo aqui dizer que essa avaliação de áreas prioritárias não
1057 enfocou tudo isso. Eu imagino que em um determinado momento vai ter
1058 oportunidade e vai ter uma sessão específica para se discutir todos esses pontos
1059 e, conseqüentemente, esse embasamento necessário para aquilo o que se defina
1060 como áreas estratégicas, pautado em elementos reais, pautado naquilo que
1061 conhecemos. Hoje, não só o IEF, como o Ibama, como o Ministério de Meio
1062 Ambiente, tem ‘ene’ informações sobre isso que estou dizendo. Além desses
1063 entes que estão participando dessa nova etapa, eu imagino que a ANM deveria
1064 participar, imagino que os entes federativos deveriam participar em um
1065 determinado momento para se avaliar um pouco mais do que está sendo
1066 proposto, para se evitar o que surge hoje em dia. O que se tem observado é que
1067 se criam áreas prioritárias em cima de direitos minerários. Em um determinado
1068 momento, alguém vai pagar por isso. Se aquele investidor já tem o direito
1069 minerário específico da sua área, que é definida como área prioritária, ele vai ter

1070 que ser indenizado por isso de uma forma ou de outra, com compensações e tudo
1071 mais. Por outro lado, as próprias questões de licenciamento ambiental para
1072 mineração, como já foi falado aqui, englobam em torno de seis medidas
1073 compensatórias que avaliam tudo que se vem falando até então. Como uma
1074 possível colaboração de quase 30 anos trabalhando nesse segmento, haveria
1075 necessidade, sim, de uma participação um pouco mais ampla de outros entes
1076 nessa sequência de definição de áreas prioritárias para conservação aqui em
1077 Minas Gerais. O que se vê, o que foi feito no primeiro estudo, na primeira
1078 avaliação, há dez, 12 anos, quando se fala hoje em 40% do Estado, isso é uma
1079 anomalia, onde o nível de reservas que o Estado tem, não só ao nível de direito
1080 minerário, mas em áreas agrícolas, áreas de pastagens, áreas específicas para
1081 outros fins, expansão urbana e tudo mais, vai ser possível definir essa questão
1082 dos 40% no prazo. Eu acho que esse período é em torno de dez anos. Isso vai
1083 coibir e inibir uma série de investimentos, uma série de outras avaliações. Ou seja,
1084 eu faria essa solicitação dessa questão de avaliação ambiental estratégica, que é
1085 uma ferramenta de governo. E o governo tem ferramenta para fazer tudo isso. É
1086 isso que eu queria dizer, senhor presidente. E nós estamos inteiramente à
1087 disposição para o que for necessário. Nós participamos de uma das primeiras
1088 reuniões, mas o que eu senti nessas primeiras reuniões é o que já foi comentado
1089 aqui: está muito focado para preservação como um todo. Não é só preservação. A
1090 preservação faz parte da evolução de todo desenvolvimento. Como se vai inibir o
1091 desenvolvimento vegetativo da população, como se vai inibir o crescimento
1092 socioeconômico dessa população, do próprio Estado e do país? E a avaliação
1093 ambiental estratégica prevê tudo isso. Era o que eu queria comentar, e estamos
1094 às ordens em qualquer segmento para algum esclarecimento e mais detalhes
1095 sobre essas situações.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “O que nós
1096 vamos fazer agora é justamente isso, dar uma possibilidade e uma abertura maior
1097 para que todos os interessados possam participar do processo.” Conselheira
1098 Virgínia Campos de Oliveira: “Não obstante a Sociedade Mineira de Engenheiros
1099 entender que é muito importante a questão do planejamento para conservação,
1100 nós gostaríamos de registrar uma preocupação em relação aos projetos lineares,
1101 já pontuados pelo conselheiro Wagner, dar uma ênfase àqueles projetos lineares
1102 estruturantes. São projetos de interesse nacional e que integram todos os Estados
1103 da Federação. Eu queria ressaltar duas linhas de projetos, que são as ferrovias e
1104 as linhas de transmissão, e ambos esses projetos fazem parte dos planos
1105 decenais da União. Portanto, já existe um planejamento preestabelecido dessas
1106 estruturas e desses empreendimentos que integram Minas ao restante do Brasil
1107 nessa questão de infraestrutura, que eu acho que já poderiam ser considerados
1108 neste planejamento da conservação no Estado de Minas Gerais. Isso porque
1109 esses projetos em si são concebidos dentro dos planos decenais, então eu acho
1110 que seria importante que se considerasse isso para que pudéssemos realmente
1111 fazer uma compatibilização do desenvolvimento com a preservação de forma que
1112 esses planejamentos de infraestrutura não ficassem fora dos planos de

1113 conservação. Ressaltamos também que o Estado de Minas é um Estado que
1114 depende dessa infraestrutura para escoamento dos seus produtos, uma vez que
1115 não temos acesso ao mar. Então dependemos dessa infraestrutura robusta de
1116 levar os produtos até os portos para exportação. Então fica aqui essa
1117 preocupação no sentido de que possamos compatibilizar os projetos previstos
1118 para o Brasil de forma que não fiquemos isolados nessa discussão, mas
1119 garantindo assim também a preservação ambiental no Estado, o que também é
1120 desejável.” Deputado estadual Roberto Andrade: “Eu tive aqui uma aula sobre
1121 meio ambiente e desenvolvimento. Confesso que não sou especialista da área,
1122 mas aprendi muito aqui nesta tarde. O motivo da minha vinda hoje foi exatamente
1123 quando eu tomei conhecimento desse planejamento da Secretaria de Meio
1124 Ambiente junto ao IEF com a criação da reformulação desse mapa. Eu ouvi
1125 atentamente a palavra de cada um e começo com o que disse o representante da
1126 PUC sobre a regularização fundiária. Hoje a regularização fundiária rural está nas
1127 mãos da Secretaria de Agricultura. Sim, temos que fazer a regularização fundiária
1128 dessas áreas, mas, mais do que isso, é necessário que se faça regularização
1129 fundiária das áreas também dos produtores rurais. Porque a partir do momento
1130 que o produtor rural tem sua área regularizada ele vai preservar, vai ter sua
1131 reserva legal. Porque hoje quando o produtor rural não tem sua área regularizada,
1132 não tem a titulação da sua terra, ele não pode nem ser penalizado por fazer um
1133 desmatamento ilegal e não ter reserva legal, porque ele não tem o título da sua
1134 terra. Eu falei isso com o próprio governador, que tem que ser uma política pública
1135 urgente para regularização de terra, tanto urbana quanto rural. A outra conselheira
1136 falou sobre as ferrovias. Hoje, eu faço parte da Comissão Pró-Ferrovias, da
1137 Assembleia Legislativa. Nós estamos, junto com o secretário Marco Aurélio, da
1138 Infraestrutura, elaborando o Plano Ferroviário de Minas Gerais. É um projeto.
1139 Porque vai sair um recurso agora das multas, das empresas. Inclusive, a Vale,
1140 que não cumpriu quando ela assumiu várias linhas, e para ela só interessou
1141 aquela que transportava minério, e as outras ela abandonou. E também pela
1142 antecipação da outorga. Então Minas Gerais quer o que é direito de Minas Gerais.
1143 Aquelas linhas que circulam em Minas Gerais e que foram abandonadas, nós
1144 queremos que esses recursos dessas ferrovias sejam aplicados em Minas Gerais.
1145 Mas o Marco Aurélio, muito sabiamente, falou que para reivindicar esse recurso
1146 nós temos que ter um projeto na mão. Quando nós formos ao ministro, nós temos
1147 que falar ‘o nosso projeto é isso’, para poder reivindicar. Então esse projeto está
1148 sendo elaborado. E eu fico pensando aqui, sem nenhuma crítica, quando nós
1149 formos refazer as ferrovias de Minas Gerais, o licenciamento ambiental vai ser
1150 uma luta, uma dificuldade, pelo prazo, pelas dificuldades. Nós sempre
1151 defendemos muito não o não licenciamento ambiental, mas que ele fosse feito de
1152 maneira mais ágil, que cumprisse todos os seus requisitos, todas as suas normas,
1153 mas que não demorasse um, dois, três, quatro, cinco anos igual eu já vi. Mas com
1154 respeito ao que foi dito eu acho que esse prazo que você está dando para essa
1155 discussão – mesmo porque você mesmo assumiu que não foi ouvir todas as

1156 entidades da maneira que deveria ter sido – é muito curto. Por exemplo, a Faemg,
1157 apesar de ter assento na mesa, a Fiemg, a própria Fetaemg têm que ser mais
1158 ouvidas, e outras entidades do setor produtivo. Porque nós temos hoje, sim, que
1159 preservar. Porque seria muito ‘idiota’ – uma palavra meio pesada – aquele
1160 produtor que não preservar a água, porque ele precisa da água para sobrevivência
1161 do seu negócio. Mas nós temos que lembrar que temos 14 milhões de
1162 desempregados no Brasil, então temos, sim, que prestigiar e trabalhar na
1163 construção civil. Como se diz lá em Viçosa, minha terra, não podemos matar o
1164 cabrito, mas também a onça não pode morrer de fome. Então nós temos que ter
1165 uma solução. Naturalmente, todos os setores vão ter que ceder. Mas o apelo que
1166 eu te faço, e vou levar essa discussão para a Assembleia, vou conversar com o
1167 presidente da Comissão de Meio Ambiente, o Noraldino, com o presidente da
1168 Comissão de Minas e Energia, com o presidente da Comissão Pró-Ferrovias, o
1169 João Leite, com o presidente da Comissão de Energias Renováveis, o Gil Pereira.
1170 Nós vamos levar a discussão desse assunto para a Assembleia, porque isso não
1171 pode ser decidido de afogadilho, nós temos que ouvir todos os setores. Que se
1172 preserve o meio ambiente, mas que a gente dê uma oportunidade. Fala-se muito
1173 na Assembleia em direitos humanos, mas uma vez eu falei com meu amigo
1174 Durval, que hoje é conselheiro, ‘o maior direito humano que você pode dar a um
1175 homem é um emprego digno’, e desses 14 milhões de desempregados vão surgir
1176 14 milhões de consumidores. Nós queremos pessoas também bem empregadas.
1177 E 14 milhões de consumidores também vão consumir das empresas, das
1178 indústrias, da construção civil. Que seja do ‘Minha Casa, Minha Vida’, mas vão
1179 consumir. Então nós temos que ter um planejamento a longo prazo, e passa isso
1180 pelo meio ambiente. Eu já disse aqui da participação das entidades. Eu acho que,
1181 como o senhor mesmo confessou, as entidades não foram ouvidas da maneira
1182 que deveriam. Finalizando, como eu faço parte da Comissão de Energias
1183 Renováveis, uma das razões que me trouxeram aqui é a energia fotovoltaica. É
1184 uma energia limpa, e hoje o Norte de Minas é uma região muito propícia para
1185 instalação das placas de energia fotovoltaica, mas ela vai ter que ser instalada em
1186 uma área que talvez não vá prejudicar o meio ambiente, mas vai ter que
1187 compatibilizar a instalação da energia fotovoltaica para produzir uma energia limpa
1188 – que não vai prejudicar o meio ambiente – com as questões ambientais. Então eu
1189 me preocupei muito quando vi esse estudo aonde que nós vamos instalar energia
1190 eólica, mas principalmente a fotovoltaica. Nós estamos já atrás de investimento,
1191 com o deputado Gil Pereira nós estamos recebendo visita aqui de grandes
1192 investidores de outros países, da China, da Europa, interessados em investir
1193 nesse tipo de energia. É energia limpa, que não gera um milímetro de gás
1194 carbônico e de nada, e que aproveita aquele solo que o Norte de Minas tem. Mas
1195 ela vai ocupar espaço. Então como vamos compatibilizar aquelas placas com o
1196 meio ambiente? Então tudo isso nós temos que estudar. Muito obrigado pela
1197 oportunidade de participar, e foi uma aula que eu tive aqui hoje.” Presidente
1198 Antônio Augusto Melo Malard: “Eu agradeço, deputado, suas considerações foram

1199 muito pertinentes. Primeiro, em relação aos programas de governo, claro que eles
1200 precisam ser compatibilizados com esse projeto, afinal de contas, como eu disse,
1201 é um projeto não somente do IEF, não somente do Sisema, mas um projeto do
1202 Estado como um todo. Em relação ao prazo, como eu disse, esse assunto, depois
1203 de estabelecidos esses critérios técnicos e o projeto entregue pelo consórcio, ele
1204 será debatido ainda no COPAM. O que acontece em termos do consórcio é que
1205 nós temos um contrato com eles. Inclusive, esse contrato está vencendo, e nós
1206 vamos fazer um aditivo, mas sem ampliação dos recursos, porque o Estado não
1207 tem recurso para fazer aditivo. É justamente por conta desses deslizes, que eu
1208 disse anteriormente, da participação mais ampla de todos os envolvidos que nós
1209 vamos aditar o contrato. Entretanto, ele tem um prazo que, inclusive, tem que ser
1210 acordado com o banco KFW. No âmbito do projeto Promata – todo o projeto está
1211 vencendo agora também, está sendo concluído em outubro. Então ficaria esse
1212 produto para ser estabelecido. Então é algo que não está só sobre a gerência do
1213 IEF e do Estado, é algo que envolve, inclusive, o governo alemão no âmbito desse
1214 projeto Promata, financiado pelo banco KFW. Então nessa etapa técnica, antes de
1215 ser levado para o COPAM, infelizmente, ele tem um prazo definido desde o seu
1216 início. Foi um prazo de início, meio e fim, que vamos conseguir agora fazer um
1217 aditamento até onde é possível, até onde o banco KFW assim julgar pertinente, o
1218 que não vai ser fácil também, fazer esse convencimento. Nós pretendemos que
1219 seja aditado pelo menos até janeiro ou até fevereiro. Mas só para elencar as
1220 amarras relacionadas ao prazo. Por isso nós estamos correndo contra o tempo.
1221 Hoje nós temos uma equipe no IEF disponível para isso, nós estamos trabalhando
1222 praticamente com essa equipe à disposição desse projeto. Claro, junto com o
1223 consórcio, que também está empenhado na finalização e na avaliação de todas as
1224 considerações que vão ser apresentadas durante essas participações públicas. E
1225 por fim, em relação à fotovoltaica – o Dr. Anderson pode até falar também um
1226 pouco mais –, é um procedimento que o Estado entende que precisa ter um
1227 tratamento diferenciado. Até por esse motivo foi levado para a Câmara Normativa
1228 e Recursal do COPAM, na sua última reunião, uma proposta de deliberação
1229 normativa. Foi pedida vista, a equipe técnica está analisando, mas pretende-se na
1230 próxima reunião que se tenha essa deliberação aprovada, trazendo regras
1231 diferenciadas para esse setor. Então é um ponto de atenção não só do
1232 governador, mas de todo o Sisema, do secretário, do subsecretário Anderson
1233 também, porque é necessário que o setor tenha incentivos diferentes e, até por
1234 conta dos benefícios ambientais e dos poucos impactos ambientais provocados
1235 por essa tipologia, tenha um tratamento diferente do que é aplicado hoje no
1236 âmbito da DN 2017.” Anderson Silva de Aguiar/SEMAD: “Eu vou fazer só uma
1237 complementação. Além de ter um atendimento prioritário, esse atendimento é
1238 dado pelo Decreto 46.296/2013. Está previsto no artigo 4º que os projetos de
1239 energias renováveis têm prioridade na regularização ambiental no regime tributário
1240 e outros. Então isso já é uma política de Estado, referente à matriz energética do
1241 Estado de Minas Gerais, um protocolo realizado com o governo federal e também

1242 realizado em Paris para as mudanças climáticas e mudança também da matriz
1243 energética. Nós temos, sim, uma proposta de deliberação normativa que altera a
1244 DN 217, apenas em um parâmetro, no aspecto solo, da classificação das usinas
1245 fotovoltaicas. Já foi submetida à CNR, foi solicitada vista. Inclusive, nós já
1246 recebemos relato de vista de um dos requerentes e já estamos analisando para
1247 produção da resposta. E na próxima CNR nós vamos debater sobre essa DN, que
1248 é uma proposta da SEMAD em conjunto com a FEAM. Está aí Dr. Renato, que
1249 participou também, junto com a equipe técnica, da reformulação.” Renato Teixeira
1250 Brandão/FEAM: “É exatamente o que o Dr. Anderson colocou. O Estado já tem se
1251 preocupado com essa questão da geração de fotovoltaica, e na própria revisão da
1252 DN 217 que foi feita em 2017 se identificou o potencial poluidor do solo com
1253 relação à fotovoltaica como sendo de potencial poluidor G. Naquela época se
1254 discutiu e se definiu como potencial poluidor G. E em uma análise da Fundação
1255 Estadual do Meio Ambiente em conjunto com a Secretaria se identificou que,
1256 efetivamente, esse potencial estava superestimado, no nosso entendimento, como
1257 potencial poluidor para solo G. Então o que está sendo proposto na proposta que
1258 vai ser votada na CNR é uma adequação desse potencial poluidor de solo de G
1259 para M, o que traria para os processos, de forma geral, de fotovoltaica licenças
1260 mais simplificadas no procedimento da 217. Não é nem uma definição diferente
1261 para fotovoltaica, é uma reavaliação do potencial poluidor de solo, que no nosso
1262 entendimento realmente estava além do que precisaria ter para fotovoltaica, que é
1263 o solo G. Então estamos fazendo esse ajuste e com isso entendemos também
1264 que esses empreendimentos vão conseguir o seu licenciamento em um trâmite
1265 mais adequado.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Obrigado, mais uma
1266 vez, deputado, pelas considerações. A Assembleia é nossa parceira, e contamos
1267 também com a participação em todos os fóruns que são debatidos dentro do
1268 Sisema.” Glauber Freitas/Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa
1269 (Abragel): “Eu falo em nome da Abragel, que conta com 287 empresas
1270 associadas, de atuação nacional. Nós estamos participando, devem ter uns 60 a
1271 90 dias que nos aproximamos mais dessa questão do Atlas da Biodiversidade, à
1272 medida que saiu um link, no mês de junho ou julho, com um mapa preliminar do
1273 Estado. E nosso centro de conversa tem sido junto à Fiemg, participando não só o
1274 setor de energia hidráulica, que somos nós, mas participando também o
1275 Sindiextra, representando o setor de mineração, o pessoal do sucroalcooleiro, da
1276 agricultura, do desenvolvimento imobiliário. Montamos um time bom do setor
1277 produtivo para conversar sobre isso. O que eu vou dizer, aparentemente, não tem
1278 nada a ver com o mapa de biodiversidade, mas me fez refletir sobre o que nós
1279 estamos passando em Minas Gerais. A Argentina teve que declarar moratória,
1280 pela segunda vez, em um prazo de tempo relativamente curto. A Argentina, na
1281 década de 50, era a sexta economia do mundo, com o PIB per capita superior a
1282 Japão, França e Itália, por exemplo. Em algum momento ao longo desses últimos
1283 70 anos, a Argentina veio se perdendo por decisões de Estado eu imagino que
1284 equivocadas, porque eles saíram da posição sexta do mundo e hoje são 22º, com

1285 chance de cair para depois dos 30. E quando vemos uma declaração de moratória
1286 nós pensamos que isso é um ato econômico igual subir a taxa de juros, igual a
1287 criar um imposto novo. Mas não é, isso impacta absolutamente na vida de
1288 qualquer cidadão, em tudo, na educação do seu filho, na saúde, trazer comida de
1289 qualidade para casa. Então o desenvolvimento econômico não pode ser tratado
1290 como se fosse um número frio, isso impacta na vida das pessoas. O que isso tem
1291 a ver? No último período de crescimento, antes dessa crise severa em que
1292 entramos em 2015, se você pegar o período 12, 13, 14, o Brasil cresceu
1293 relativamente pouco, e Minas Gerais cresceu nesse triênio, mas ficou em 26º lugar
1294 de crescimento. De 27 Estados, nós só ganhamos da Amazônia. Então Minas
1295 Gerais está perdendo seu espaço no cenário nacional. Quando eu vejo que 40%
1296 do Estado estão destinados como área prioritária para conservação, nós que
1297 somos do setor produtivo, que temos a possibilidade de investir em outros
1298 Estados da Federação, ficamos preocupados, como mineiros também, com o
1299 rumo que está tomando. Acreditamos que o instrumento do Atlas da
1300 Biodiversidade é um instrumento importante de gestão pública, mas tem que ser
1301 envolvido... O Dr. Antônio aqui já falou que vai envolver o setor produtivo mais, e
1302 agradecemos esse espaço, mas tem que envolver Secretaria de Desenvolvimento,
1303 Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Agricultura. Porque isso impacta na
1304 vida dos mineiros, não é uma decisão só de natureza ambiental, isso impacta o
1305 social e o econômico. E o nosso Estado está perdendo espaço no país. Então
1306 esse prazo de 30 de setembro é curto, precisamos de mais prazo para discutir, e
1307 que seja realmente uma promessa cumprida com bastante efetividade e que o
1308 setor produtivo participe, porque isso impacta na vida do cidadão mineiro. É isso
1309 que eu tenho a pedir aqui.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Agradeço
1310 as colocações. Com certeza, nós teremos uma ampla participação também. Já
1311 tivemos de várias Secretarias, mas agora ampliando para todas as Secretarias.
1312 Inclusive, nas reuniões da semana que vem, elas estarão participando de todo
1313 esse processo.” Danilo Vieira Junior/Associação Nacional de Órgãos Municipais
1314 de Meio Ambiente (Anamma): “Eu falo aqui em nome da Anamma, Associação
1315 Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente, e falo também aqui em nome
1316 da Amig, Associação dos Municípios Mineradores, e eu faço parte dos quatro.
1317 Estamos discutindo aqui uma ferramenta pública de gestão importantíssima para o
1318 nosso Estado. Nós temos que reconhecer os avanços que esta gestão teve no
1319 comando do nosso secretário Germano, muitas inovações, e dentre elas ações
1320 importantes como a revisão desse mapa que ora está sendo discutido. Mas eu
1321 tenho que fazer algumas ponderações aqui que vejo extremamente importantes, e
1322 uma delas é a pouca participação dos municípios nesse processo. E me espanta
1323 quando ouvi aqui do nobre colega Miguel, pessoa pela qual eu tenho profundo
1324 respeito e admiração, no começo da fala, falar que recebeu inúmeros convites
1325 para participação. Eu não posso falar em nome dos municípios porque aqui o
1326 representante legítimo é meu amigo Licínio, que está aqui, e eu não sei como
1327 chegou esse convite lá. Mas dentro da Amig nós recebemos apenas um convite

1328 para a última oficina, que não aconteceu. Então até agora a participação dos
1329 municípios nesse processo foi zero. E lembrando que todas as ações de
1330 preservação se dão no âmbito do território municipal, lá estão de fato as grandes
1331 ações que trazem os benefícios para o meio ambiente, como o saneamento, que
1332 aqui foi citado. Quem faz saneamento é o município. É importantíssimo para a
1333 qualidade de água. Os municípios hoje, através de incentivos, como o ICMS
1334 Ecológico, promovem preservação do território, como as APAs municipais,
1335 importantíssimas hoje e, na minha opinião, são áreas prioritárias para
1336 conservação. Mas em todo esse contexto a participação dos municípios é
1337 fundamental. É fundamental porque essas áreas estão inseridas em seu território,
1338 e o território municipal já é ordenado juridicamente. Temos uma legislação própria,
1339 temos um plano diretor, temos um planejamento urbano, que prevê ali a expansão
1340 territorial, que prevê o futuro desses municípios. Aí eu falo em nome de Nova
1341 Lima, município no qual eu sou secretário de Meio Ambiente. Nova Lima precisa,
1342 urgentemente, pensar na diversificação econômica de seu território. Nova Lima é
1343 extremamente dependente da mineração, e sabemos que a mineração tem tempo
1344 limitado, dá uma safra só, e quando acabar a mineração, dentro da estrutura que
1345 hoje existe no território, se não tiver ainda aquela arrecadação equivalente, torna-
1346 se um município quebrado, fragilizado, que vai ser uma cidade dormitório da
1347 região metropolitana. Isso tem que ser pensado. Aonde fica o plano diretor do
1348 município? Ele tem que ser considerado e, para ser considerado, tem que ser
1349 apresentado para aqueles que estão discutindo. E eu acredito muito na
1350 competência desses que estão à frente disso, conheço o pessoal da Biodiversitas,
1351 da Universidade Federal de Minas Gerais. Pessoas extremamente competentes e
1352 comprometidas. Mas essas questões têm que ser observadas para que não
1353 tenhamos lá na frente conflitos e instrumento, que seria um instrumento de
1354 convergência, um instrumento de gestão fantástico, torne-se um instrumento de
1355 divergência, um instrumento de conflito e até um instrumento de possível
1356 judicialização. Porque se ele interferir no planejamento urbano isso pode vir a ser
1357 questionado judicialmente. Isto já foi falado, mas eu tenho que reiterar: a cada
1358 momento se intensifica mais a importância dos municípios na gestão ambiental. A
1359 Lei Complementar 140 já trouxe para o âmbito dos municípios a competência
1360 originária do licenciamento, que é uma das ferramentas de gestão. Não é a única,
1361 é uma delas. Mas trouxe responsabilidades, como a fiscalização, como a gestão
1362 de áreas protegidas, a gestão da Agenda Verde. E essas mudanças e rigores
1363 excessivos no processo de definição dessas áreas podem ser um problema para o
1364 município. Por que o Estado mexeu com suas inteligências, com suas cabeças
1365 pensantes, ao longo de dez anos – eu comecei a participar disso –, e fez uma
1366 grande reformulação do licenciamento ambiental, buscando atender à
1367 necessidade atual do país, que é trazer agilidade e eficiência ao processo. Dentro
1368 dessa agilidade e eficiência, entenderam que deveria ser descentralizado e
1369 municipalizado naqueles que têm, de fato, impacto local. E o Estado deu um
1370 grande exemplo, Minas Gerais deu um grande exemplo até para o país. Fato é

1371 que o Germano hoje tem a liderança na Abema, sendo Minas Gerais um modelo,
1372 sendo visitado por outros Estados para entenderem essa modernização e
1373 desburocratização do processo. E o Estado vai, tira e coloca na mão do município
1374 e, nesse momento, através de critérios locacionais, traz de fato entraves que
1375 foram muito bem falados pelo Wagner, que podem botar por terra todos os
1376 avanços que tivemos até aqui. Eu não estou aqui criticando o Mapa da
1377 Biodiversitas ou o processo que está sendo feito, eu só estou aqui salientando e
1378 chamando atenção que isso não pode ser feito de forma açodada, isso deve ter,
1379 de fato, a participação daqueles que são importantes nesse processo, como o
1380 setor produtivo e os municípios. E para finalizar eu vou citar aqui o exemplo
1381 recente que nós vivemos, que eu acho que pode ser uma lição para o que nós
1382 estamos vivendo agora: a questão da Reserva da Biosfera. Eu entendo a
1383 importância e defendo o território, mas na criação da expansão dessa Reserva da
1384 Biosfera os municípios foram chamados na última reunião, e eu participei dela,
1385 naquele momento, coloquei tudo isso que nós estamos colocando aqui, das
1386 nossas preocupações, das nossas aflições e do que isso poderia impactar nos
1387 municípios. Naquele momento, foi assumido um compromisso da SEMAD, em viva
1388 voz – o Miguel é testemunha disso –, de que ‘vamos expandir o território dessa
1389 forma, que ficou grande, porque até então defendíamos ali as áreas núcleos e as
1390 de transição’. ‘Vamos colocar tudo, as secundárias, e a SEMAD assume o
1391 compromisso de não incluir essas áreas’, que estão em grande parte em núcleos
1392 populacionais, urbanos, áreas cultiváveis pela agricultura, que na minha opinião
1393 não têm tanta importância do ponto de vista de preservação, mas que são
1394 importantes para a Reserva da Biosfera. Então eu não sou a favor de excluí-las,
1395 mas que não deveriam ter naquele momento uma importância tão grande para fins
1396 de licenciamento ambiental quando do enquadramento do fator locacional. Esse
1397 compromisso foi assumido, isso já tem mais de ano, e até agora a SEMAD não
1398 conseguiu alterar. Até porque depende de uma série de coisas, tem que passar
1399 por este Conselho, não pode ser uma decisão unilateral.” Presidente Antônio
1400 Augusto Melo Malard: “Não depende de alteração, isso já está valendo. Foi
1401 ampliado para núcleos, zonas de amortecimento, zona de transição. Mas para fim
1402 de critério locacional não são todas.” Danilo Vieira Junior/Associação Nacional de
1403 Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma): “Então nós precisamos ter o
1404 entendimento de uma nota técnica, porque esse não é o entendimento de todos
1405 os técnicos, porque recentemente nós tivemos um problema de uma planta...”
1406 Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Está registrado tanto no âmbito do IEF
1407 quanto no âmbito da SEMAD. Na semana que vem, inclusive, nós temos reunião
1408 com todos os superintendentes e supervisores e aí faremos esse alinhamento.”
1409 Danilo Vieira Junior/Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente
1410 (Anamma): “Esse alinhamento é importante para que consigamos, então, no
1411 âmbito do município, ter a mesma eficiência, a mesma agilidade que o Estado
1412 hoje tem, já que os municípios estão assumindo uma fatia dessa demanda.”
1413 Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Pode ter certeza de que os municípios

1414 serão ouvidos agora. Tem boa parte ainda de processos administrativos abertos
1415 tanto com questionário on-line quanto de forma presencial.” Conselheiro Miguel
1416 Ângelo Andrade: “De fato, nós tivemos um acordo dialógico, um entendimento
1417 deliberativo do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera, sobre a discussão dos
1418 critérios locacionais e que, de fato, devem ser discutidos no âmbito do critério
1419 locacional uma vez que zona núcleo, unidade de conservação de proteção integral
1420 já é critério locacional. Em zona de amortecimento, onde há unidade de
1421 conservação de uso sustentável e áreas prioritárias, já são critérios locacionais.
1422 Então a gente sobrepor esses critérios? E, terceiro, a Reserva da Biosfera não é
1423 um território como um laboratório, não é um critério, estamos longe de ter
1424 interesse como instrumento de guerra. No entanto, colocamos isso em uma
1425 discussão. Oportunamente, se fosse no dia 30, no dia 28, porque o jogo só acaba
1426 quando o juiz apita, e nós somos incansáveis, dentro das nossas limitações
1427 financeiras, de investimentos diretos. E aqui eu coloco de público a abertura desse
1428 território para o apoio. Nós temos contado com muito apoio institucional, mas não
1429 financeiro. Obviamente da nossa dificuldade de alocar recursos para fazer as
1430 reuniões nos municípios. Isso seria o ideal. Mas o ideal é que possamos, então,
1431 dialogar. Só para também constar, nós temos 28 cartas de apoio à Reserva da
1432 Biosfera, inclusive, da Amig, Sindiextra, do setor produtivo, fora do governo, das
1433 pastas base, incluindo a Cultura. Isso representa um diálogo, de fato, da própria
1434 Associação de Municípios Mineradores. E aqueles membros do Comitê,
1435 obviamente, que, se não foram contra a expansão da reserva, são a favor. Isso
1436 está registrado em ata. Eu queria reforçar isso. E por fim, o que eu acho que é
1437 fundamental e tem a ver com a pauta, em que medida esses instrumentos também
1438 trazem medidas de cooperação. Um ponto nevrálgico, e é verdadeiro, quando é
1439 critério locacional, realmente, cria um destaque, e é por isso que estamos
1440 discutindo até agora. Mas tem outras nuances que eu acho que temos que
1441 potencializar. Inclusive, ter desenvolvimento econômico energético em área
1442 prioritária, associando conservação e produção de energia limpa, eu acho que é
1443 um grande ganho enquanto, para além do marketing, vocação da produção limpa.
1444 Isso não compete, isso converge. Não é aqui o espaço de buscarmos essa
1445 resposta, mas eu acho que é um ponto que devemos não distanciar. Não tirando a
1446 importância para a discussão para o setor produtivo, e entendemos que é
1447 importante, de fato, discutir. Esgotar jamais. Porque, pior do que fazer critério
1448 locacional com área prioritária – na realidade, hoje, expandindo ou não, vai
1449 depender da resposta nesse momento – é fazer planejamento de área prioritária
1450 de 2005. Aí que eu acho que nós estamos, de fato, às vezes, represando
1451 oportunidade de crescimento econômico, com dado defasado. E para além de o
1452 mapa ser da Biodiversitas é uma política pública, do Estado, uma política de
1453 Estado. Então eu acho que esse diálogo é necessário, sim, de ampliar, de fato,
1454 essa participação. E mosaico não é critério locacional, é instrumento, segundo o
1455 Snuc, de medida cooperativa, de gestão cooperativa de território, ele soma, ele
1456 não restringe.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Leandro, eu vou pedir

1457 para que você seja muito sucinto, e nós vamos ter outras oportunidades. Só em
1458 relação às porcentagens e deixando claro que isso também não está definido,
1459 mas o que tem até agora de estudo prévio.” Leandro Carmo Guimarães/IEF:
1460 “Vários questionamentos foram feitos com relação à área do Estado que está
1461 sendo priorizada e das indicações disso. Nós não estamos trabalhando com 40%,
1462 tem várias versões de trabalho, e estamos no refinamento contínuo, inclusive a
1463 partir do que vai ser coletado por essa consulta remota. Nós estamos com o
1464 horizonte de alguma coisa perto de 30%. O que acontece? Vocês estão somando
1465 todas as unidades de conservação. As unidades de conservação de proteção
1466 integral no Estado não chegam a 2% do território, são ‘um vírgula qualquer coisa
1467 por cento’, são as APAs, as Áreas de Proteção Ambiental. A questão é que as
1468 APAs são muito amplas e não têm um caráter de proteção integral, um caráter
1469 restritivo. Tem manchas urbanas, tem mineração, tem todo tipo de atividade
1470 econômica lá dentro, e uma das funções das Áreas de Proteção Ambiental é
1471 exatamente servir de zona de transição entre áreas que são núcleo, áreas que
1472 são melhor conservadas e áreas que são já totalmente antropizadas. Nós vamos
1473 coletar toda essa inteligência, a questão está em aberto com relação à extensão
1474 total, mas eu acho que a questão mais importante para se extrair do que foi falado
1475 aqui é o seguinte. O planejamento sistemático de conservação, o projeto de áreas
1476 prioritárias, identifica as áreas que são ecologicamente mais relevantes; essas
1477 áreas precisam ter extensão suficiente para permitir a sobrevivência das espécies,
1478 a manutenção dos recursos hídricos etc. O conceito de funcionalidade. Precisão
1479 abarcar, de uma forma representativa, os ecossistemas, a biodiversidade do
1480 Estado, os serviços ecossistêmicos, a água no Estado. Nós trabalhamos com a
1481 questão de recarga etc. No Estado, várias vezes, nós estamos trabalhando com
1482 recarga, proteção de mananciais. Mas não é, primeiramente, uma ferramenta de
1483 licenciamento, uma ferramenta para orientar o critério locacional. Ele é uma
1484 ferramenta muito finalística que visa orientar o direcionamento de diferentes
1485 políticas que são complementares, desde as mais restritivas, as unidades de
1486 conservação, até fomento, pagamento por serviços ambientais, fomento florestal,
1487 recuperação de nascentes, adequação ao Código Florestal, promoção de boas
1488 práticas etc. Para minimização dos impactos ambientais das atividades
1489 econômicas dentro das áreas prioritárias, que vão ter mesmo, que vão ocorrer.
1490 Não existe uma proposta de proteção integral de toda essa extensão do território.
1491 Todas as unidades de conservação de proteção integral são áreas prioritárias. As
1492 APAs podem ser ou não, ou parte delas pode ser, dependendo dos critérios de
1493 relevância e minimização de conflitos por atividades econômicas.” Presidente
1494 Antônio Augusto Melo Malard: “Antes de passar para o próximo item, deixar o
1495 compromisso, mais uma vez, do Sisema, da Secretaria de Meio Ambiente e
1496 também do IEF, de termos uma aproximação, um diálogo mais aberto. Esse é o
1497 motivo de termos trazido aqui hoje essa discussão. É a primeira discussão no
1498 COPAM. Mas nós vamos aprofundar esses debates, tecnicamente, com todos os
1499 envolvidos. E as considerações que foram colocadas no dia de hoje, claro,

1500 também serão analisadas e levadas não só para o corpo técnico quanto para o
1501 consórcio. Agradeço a todas as contribuições colocadas no dia de hoje.” **7)**
1502 **PERSPECTIVAS PARA A GESTÃO DE FLORESTAS PLANTADAS E**
1503 **CONTROLE DA CADEIA DE CARVÃO. Apresentação IEF.** Item retirado de
1504 pauta. Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Pelo adiantado da hora, eu vou
1505 só brevemente dizer qual era o objetivo de trazer esse item. Na verdade, seria
1506 apresentação de um sistema que nós estamos planejando para tornar mais
1507 eficiente o controle da cadeia de carvão. Hoje nós temos um sistema em
1508 operação, que tem alguns problemas. Por ser um sistema antigo, ele não
1509 contempla todas as atividades inerentes a essa cadeia de carvão, motivo pelo qual
1510 já temos diversas tratativas muito avançadas com o governo holandês, que se
1511 dispôs a trazer a tecnologia do Blockchain para Minas Gerais trabalhar como
1512 piloto esse projeto no IEF, fazendo uma base e utilizando essa tecnologia para
1513 que possamos depois trabalhar cada um dos pontos da cadeia, desde o plantio
1514 até o transporte até o consumidor final, de forma mais segura possível. Então
1515 nós estamos fazendo essas tratativas, e o objetivo seria fazer uma apresentação
1516 do esboço prévio desse sistema. Eu tenho certeza de que na próxima reunião nós
1517 teremos, inclusive, elementos e um cronograma, algo mais concreto para
1518 apresentar para os senhores. Nós trouxemos porque é um tema importante, e
1519 seria interessante também apresentar. Entretanto, pelo correr das horas, eu
1520 pergunto se os senhores concordam de postergarmos essa apresentação para a
1521 próxima reunião do Plenário. Peço, por favor, para se manifestarem. Então pela
1522 maioria, eu retiro de pauta este item, com o compromisso que a gente traga na
1523 próxima reunião.” **8) PRÊMIO NATUREZA GERAIS 2019. Apresentação:**
1524 **SEMAD.** Ricardo/Assessoria de Educação Ambiental e Relações
1525 Institucionais/SEMAD: “Eu trabalho com o André Ruas na Educação Ambiental. O
1526 André não pôde estar aqui hoje, então eu estou aqui representando o setor sobre
1527 o Prêmio Natureza Gerais, que ele já apresentou na reunião passada. Ele pediu
1528 para reforçar a vocês, membros do COPAM, da necessidade de fazerem suas
1529 indicações para o prêmio. É um prêmio que nós estamos oferecendo para
1530 incentivar as pessoas a desenvolverem trabalhos e ações em meio ambiente para
1531 melhoria da qualidade de vida socioambiental. Nós temos a premiação para
1532 empresa, entidades e também para pessoas físicas. O André enviou para todos
1533 vocês conselheiros um e-mail, no dia 3 de setembro. Ele pediu para frisar muito
1534 bem para vocês. Tem esse e-mail com todos os anexos explicando o que é o
1535 prêmio, por detalhes, e junto as fichas que vocês devem preencher, tanto a ficha
1536 para pessoa física como a ficha para empresa e entidade. Se alguém tiver alguma
1537 dúvida, pode ligar no nosso setor de Educação Ambiental: 3915-1783, 1790 ou
1538 1793. Ou até mesmo ligar direto no Gabinete da SEMAD, que direciona para o
1539 setor. Então vamos fazer as indicações, porque ano passado nós tivemos
1540 problemas, chegamos ao final quase do prazo, e não tinha indicação. Por isso
1541 estamos fazendo essa mobilização aqui com um mês de antecedência, porque
1542 começou agora em 1º de setembro e vai até o dia 30 de setembro. Então tem um

1543 mês para vocês pensarem e enviarem suas contribuições. Nós contamos muito
1544 com o apoio de vocês, porque é o COPAM que vai estar oferecendo o prêmio.”
1545 Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Reforçando que o sucesso desse
1546 prêmio depende, claro, dos conselheiros. É importantíssimo que os senhores
1547 indiquem tanto na categoria para pessoa física quanto para pessoa jurídica. Então
1548 olhem esse e-mail, em caso de dúvida, entrem em contato, para que tenhamos um
1549 prêmio com muitos candidatos. É isso o que mais desejamos, reforçar esse
1550 prêmio nesta nova edição.” **9) DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº**
1551 **232/2019 (SISTEMA ESTADUAL DE MANIFESTO DE TRANSPORTE DE**
1552 **RESÍDUOS - MTR) E ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO PARA**
1553 **LOGÍSTICA REVERSA DE BATERIAS CHUMBO ÁCIDO EM MG.**
1554 **Apresentação: Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM).** Alice Libânia
1555 Santana Dias e Renato Teixeira Brandão, da FEAM, fizeram apresentação sobre a
1556 Deliberação Normativa COPAM nº 232/2019, do Sistema Estadual de Manifesto
1557 de Transporte de Resíduos (MTR), e assinatura do termo de compromisso para
1558 logística reversa de baterias chumbo ácido em Minas Gerais. Foi informado que o
1559 manual de apoio ao usuário para uso do MTR está disponível no site da FEAM.
1560 Em seguida foram registradas as seguintes manifestações. **Debates.** Conselheiro
1561 Wagner Soares Costa: “Normalmente, principalmente a Federação das Indústrias,
1562 é taxada de resistente, de questionadora e às vezes até de influenciadora
1563 econômica nos impactos ambientais. Mas nós cumprimos realmente uma função.
1564 No primeiro momento, na formatação da norma, nós realmente discutimos no
1565 sentido de tornar essa norma mais palatável à indústria, de tal forma que ela seja
1566 razoável e de fácil aplicação. Para que possamos também perder essa lógica de
1567 que no Brasil lei não emplaca. Vencida essa etapa, a nossa função é de mobilizar
1568 e sensibilizar os empresários para cumprir o que a norma determina. Nesse caso
1569 do MTR, nós estamos colocando em prática exatamente essa função nossa. No
1570 primeiro momento, antes da DN, nós discutimos muito, trocamos muitas ideias. E
1571 na medida em que a DN virou realidade nós estamos trabalhando para que o setor
1572 industrial, principalmente o setor industrial, seja cumpridor das obrigações do
1573 MTR. Nós estamos dando curso, fazendo palestra e hoje mesmo tivemos não sei
1574 se em Araxá, ontem em Montes Claros. Eu acredito que nós vamos ter ao final,
1575 até o início de outubro, umas 2.500 pessoas tratadas nesse sentido. Nós temos
1576 tido algumas reclamações, mas o Renato e a Alice têm tido uma disponibilidade
1577 muito grande, e para os problemas que têm surgido os dois têm buscado uma
1578 solução pronta e imediata. Nós temos uma última reunião agora, acho que na
1579 sexta-feira, com o pessoal da metalurgia e da siderurgia, porque eles estão com
1580 alguns problemas. Os problemas que aconteceram é que muitos tinham um
1581 sistema de gestão próprio, e a saída da informação está um pouco diferente da
1582 entrada do MTR. Aí eles teriam que fazer relançamento e tudo mais.” Alice Libânia
1583 Santana Dias/FEAM: “Nós estamos trabalhando na integração do sistema via
1584 webservice. Vai ser o primeiro sistema do Sisema a ter uma integração externa
1585 com os sistemas próprios dos empreendedores. No primeiro momento, a nossa TI

1586 ficou muito dedicada a avaliar todos os requisitos de segurança da informação.
1587 Agora nós temos que responder por um decreto de segurança de dados. Foi
1588 vencida essa etapa. A TI, de forma muito competente, colocou todos os requisitos
1589 de segurança, e a Beta, que está fazendo adaptação do sistema, conseguiu dar o
1590 sinal verde. Nós vamos conseguir adaptar o sistema a todos os requisitos de
1591 segurança, e eu acho que agora estamos com o sinal verde para desenvolver
1592 essa integração via webservice.” Conselheiro Wagner Soares Costa: “Eu acho que
1593 vai ser ótima essa nossa reunião, porque vocês vão dar esse tipo de notícia, e nós
1594 percebemos que é questão de TI. Então eu quero louvar o trabalho de vocês dois,
1595 a confiança que temos tido com vocês, a recepção que vocês têm dado às
1596 empresas que têm trazido as dificuldades. E esperamos que seja um sucesso.
1597 Vendo ali a curva de crescimento, de adesão, espero que em outubro essa curva
1598 de adesão esteja bastante alta.” Presidente Antônio Augusto Melo Malard: “Com
1599 certeza, será um sucesso. É natural também se fazer ajustes nos sistemas.
1600 Provavelmente, outros virão também, isso é um processo normal em se tratando
1601 de sistemas.” Conselheiro Miguel Ângelo Andrade: “Eu queria também reforçar e
1602 dar meus parabéns à FEAM e abrir um parêntese. Não é minha área, mas torna-
1603 se alguma coisa inteligível, e nós conseguimos enxergar isso no universo de
1604 política ambiental do Estado. E à Presidência eu faço essa sugestão, que a gente
1605 sempre vincule as apresentações, as propostas, as respostas que o Estado tem
1606 dado e outros convidados às políticas ambientais do Estado. Sobre qual guarda-
1607 chuva estamos respondendo ou sobre quais metas. Porque, não que tenha
1608 aparecido, mas no escopo da complexidade da política ambiental do Estado, pode
1609 aparecer um ponto, e ele estar desvinculado. Eu acho que essa vinculação desse
1610 sistema pode atrair ainda outros setores. Sobretudo, pelo desafio que o Estado
1611 tem – eu acho que para o setor é um ganho, um ativo –, que é a economia circular
1612 com a vinculação desse sistema, que parece ser bastante fluido, um avanço
1613 enorme, que atraia para outros compromissos que temos que dar respostas
1614 efetivas, numéricas, com metas e indicadores bem definidos, em que medida nós
1615 estamos fazendo a política acontecer e como estamos dando resposta no escopo
1616 da escala estadual. Por mais que possa parecer um setor, mas isso tem uma
1617 importância muito grande. É nesse sentido que eu fico vendo, como educador,
1618 como isso vai chegar ao pequeno, à sociedade, assim como áreas prioritárias etc.,
1619 esse desafio da transposição desse nível de informação extremamente técnico e
1620 importante para o entendimento de uma população geral e outros setores que
1621 queiram se dispor a contribuir com essa política, no caso dos resíduos sólidos.
1622 Então mais uma vez obrigado e parabéns.” Alice Libânia Santana Dias/FEAM: “O
1623 Sistema MTR realmente está inserido na Política Estadual de Resíduos Sólidos, é
1624 uma exigência da Política controlar a movimentação de resíduos, e, sim, ele vai
1625 consolidar dados que o investidor consegue verificar e todo o governo a
1626 oportunidade de trazer e ampliar o nosso parque da reciclagem aqui de Minas,
1627 promovendo a aceleração para uma economia circular. É um grande objetivo
1628 nosso.” Conselheiro Miguel Ângelo Andrade: “É exatamente nesse sentido. A

1629 resposta é muito positiva para valer só no aspecto de comando e controle, que
1630 tem que haver, de fato. Mas tem um segundo e um terceiro passos, que são
1631 tangíveis. Talvez esse desafio da comunicação e da transposição, o investimento
1632 para melhoria. É nesse sentido que eu faço a contribuição.” Presidente Antônio
1633 Augusto Melo Malard: “Obrigado, mais uma vez, e parabéns à FEAM pelo
1634 sistema.” **10) EDITAL COPAM Nº 01/2019. Apresentação: SEMAD.** Anderson
1635 Silva de Aquilar/SEMAD: “Eu acho que já é de conhecimento de todos, mas é
1636 importante frisar que estamos com o Edital do processo eleitoral do COPAM em
1637 vigência. O COPAM foi fundada em 1977, depois regulamentado novamente pela
1638 Lei 21.972, que trouxe o COPAM como uma política de Estado de Meio Ambiente,
1639 colocando o órgão colegiado como estrutura da Secretaria de Estado, com a
1640 vinculação administrativa. Veio o Decreto 46.953, que regulamentou o COPAM
1641 naquilo que é inerente, e o secretário de Estado é o seu presidente. No Decreto
1642 46.953, nos artigos 17 e 20, ele traz dentre seus membros quais são os membros
1643 que passam por processo eleitoral. São as organizações não governamentais de
1644 defesa do meio ambiente, devidamente cadastradas no Cadastro de Entidades
1645 Ambientais há pelo menos um ano – isso é regra do Edital; entidades
1646 reconhecidamente dedicadas ao ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico
1647 na área ambiental; e organização da sociedade civil que representa a categoria
1648 dos profissionais liberais que têm atuação ligada à proteção do meio ambiente. O
1649 Edital traz o total de 264 vagas, entre titulares e suplentes. Tem a composição do
1650 Plenário no processo eleitoral – na Câmara Normativa e Recursal são membros
1651 do próprio Plenário, então não entra no processo eleitoral, faz parte do processo
1652 do Plenário; as Câmaras Técnicas Especializadas; e também as nove Unidades
1653 Regionais Colegiadas, as URCs do COPAM. O mandato é referente ao biênio
1654 2020 até 2022, e toda a tramitação é digital, todo o processo é digital. Desse total
1655 de vagas, nós temos o seguinte por unidades colegiadas. São dez para o
1656 Plenário, sendo quatro ONGs, quatro para a comunidade científica e quatro para
1657 entidades de profissionais liberais. Nas Câmaras Técnicas, são quatro na CAP,
1658 Câmara de Atividades Agrossilvipastoris, sendo duas ONGs, uma da comunidade
1659 científica e uma de profissional liberal. Na CEM, Câmara de Energia e Mudanças
1660 Climáticas, duas ONGs, uma comunidade científica e um profissional liberal. A
1661 composição das Câmaras Técnicas é a mesma, todas elas têm a mesma
1662 composição. Então tem na sequência CID, CIF, CMI e CPB. Na sequência, as
1663 URCs, Unidades Regionais Colegiadas do COPAM, as nove regionais, sendo três
1664 ONGs de defesa do meio ambiente, duas comunidades dedicadas a ensino,
1665 pesquisa e desenvolvimento tecnológico; e uma de profissional liberal. Também
1666 tem a mesma composição em todas elas, a saber: URCs Alto São Francisco,
1667 Jequitinhonha, Leste Mineiro, Norte de Minas, Noroeste de Minas, Central
1668 Metropolitana, que era Rio das Velhas e Paraopeba, fundidas em dezembro do
1669 ano passado; Sul de Minas, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; e Zona da Mata.
1670 Total de entidades: 88. Total de vagas: 264, entre titulares e suplentes. Resumo
1671 do cronograma. O cadastro para habilitação dos interessados é via SEI, Sistema

1672 Eletrônico de Informação. Hoje é o último dia. Como é um sistema totalmente
1673 digital, você consegue fazer o cadastro até às 23h59. Contudo, está previsto
1674 também no Edital que mantemos um plantão para dar apoio, assessoramento a
1675 quem tivesse dificuldade para fazer o sistema, que foi até hoje às 17h. Mas ainda
1676 é possível fazer a inscrição. A Seplag nos pediu um prazo de 48 horas para
1677 disponibilizar a senha para o usuário, mas isso tem saído no mesmo dia. Então o
1678 processo está sendo até mais ágil do que aquilo que havíamos programado. A
1679 inscrição termina no dia 13 de setembro. Então há tempo hábil de se fazer o
1680 cadastro e a inscrição. A eleição vai ser realizada, exclusivamente, pela internet –
1681 o processo, como eu disse, é todo digital –, nos dias 12 e 13 de novembro. O
1682 resultado final vai acontecer no dia 11 de dezembro, quando vai ter a sua
1683 publicação. E a posse está prevista para a reunião de janeiro, data ainda a definir.
1684 Essa apresentação vai estar disponível no site da SEMAD para quem quiser
1685 revisita-la. Tem dois sites que nós recomendamos. O primeiro é um passo a passo
1686 do processo eleitoral, como está no Edital. E para inscrição, no sistema SEI.
1687 Essas informações que estamos apresentando aqui já foram publicadas no IOF.
1688 Já foram feitas apresentações em algumas Regionais, em algumas áreas. Nós
1689 estamos trazendo ao Plenário, mas já houve apresentação em outros momentos.”
1690 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu estou preocupado porque havia
1691 uma certa paridade em que as coisas eram decididas nem sempre com muita
1692 vantagem para o setor A, o setor B. E com essa modificação, esse aumento do
1693 número de ONGs e pessoal da academia, o que a SEMAD está pensando a
1694 respeito disso, dessa paridade que certamente estará modificada? Eu não vou
1695 dizer que é prejudicada, mas modificada.” Anderson Silva de Aguiar/SEMAD: “Só
1696 fazendo um pequeno grifo aqui, a Subsecretaria, pelo decreto, dá apoio ao
1697 COPAM. Por isso eu estou fazendo aqui esta fala, em virtude de o secretário-
1698 executivo do COPAM, por motivo de outra agenda, não estar presente. Em
1699 relação à composição que tinha anteriormente para a situação que está sendo
1700 apresentada por Edital, nós tivemos os seguintes acontecimentos. Tivemos
1701 relatórios das CPIs, que fizeram algumas proposições de alteração da composição
1702 do COPAM. Nós tivemos também uma atividade feita pela Corregedoria Geral do
1703 Estado, através da auditoria que nos fez algumas recomendações. Ao
1704 escrevermos o Edital, nós o submetemos à Assessoria Jurídica da SEMAD, cujo
1705 responsável é um procurador da AGE, a Advocacia Geral do Estado. E diante de
1706 todos esses documentos e contribuições nós elaboramos uma nota técnica e
1707 fizemos um estudo através dessa nota técnica identificando qual é a melhor
1708 distribuição, segundo o que nos foi apontado e também no que foi questionado,
1709 para atender os relatórios e as sugestões das CPIs, aquilo que foi colocado como
1710 observação jurídica em relação ao Edital e também pela auditoria. E chegamos
1711 então, através dessa nota técnica, à composição que eu estou apresentando aqui
1712 agora, que está sendo motivada pelo Edital.” Conselheiro Carlos Alberto Santos
1713 Oliveira: “Então não tem um autor intelectual. Então foram feitas auditorias no
1714 sistema colegiado, com análise de resultado, de quantidade de votos, mais ou

1715 menos por aí, e chegou-se à conclusão do que era necessário fazer para tornar o
1716 Sistema COPAM mais equilibrado. É isso?” Anderson Silva de Aguiar/SEMAD:
1717 “Na verdade, são alguns acontecimentos. Além das recomendações das CPIs –
1718 CPI da Assembleia, CPI da Prefeitura de Brumadinho, CPI de Belo Horizonte –,
1719 dentre outras recomendações e pedidos também, mas o que foi para condição de
1720 avaliação e de importante avaliação foi a auditoria promovida pelo próprio Estado,
1721 que avaliou a composição e entendeu que a paridade colocada dentro dos
1722 membros da sociedade civil no processo eleitoral poderia ser alterada para trazer
1723 uma composição que trouxesse uma harmonia, segundo o entendimento da
1724 auditoria, nos processos decisórios do COPAM. Com base nisso tudo, nós
1725 fizemos uma nota técnica. Aí é o estudo da equipe técnica do Estado avaliando
1726 todas as contribuições e também indicações da auditoria, que já não são mais
1727 sugestões, são realmente constatações. Essa nota técnica levou então à
1728 proposição desse Edital nessa composição que está aqui colocada. Então nós
1729 temos um documento técnico, com manifestação técnica sobre, obviamente,
1730 observações e também recomendações e apontamentos feitos por órgãos
1731 públicos para chegar a essa composição. Tendo escrito então o Edital, nós o
1732 submetemos à Assessoria Jurídica, que é feita através do procurador, e então foi
1733 entendido que o Edital estava consoante tanto com a nota técnica produzida pela
1734 equipe, assim como com os outros instrumentos que fizeram parte desse
1735 processo de construção do Edital, e que ele poderia ser publicado.” Conselheiro
1736 Wagner Soares Costa: “O que nós percebemos nessas modificações é que o
1737 acidente da Vale veio colocar muito em evidência a tendência de o
1738 desenvolvimento sustentável abranger mais a questão ambiental, em detrimento
1739 do econômico e do social. Eu, particularmente, gosto porque tem uma ONG do
1740 outro lado, e posso estar defendendo o outro lado, para que possamos encontrar
1741 um caminho do meio, e esse caminho do meio ser bom. O que nós corremos de
1742 risco é entrar uma nova ONG, xiita, no extremo, em favor do meio ambiente, e
1743 com isso atrapalhar o desenvolvimento do Estado e fazer com que um promotor
1744 desses fale que o salário dele é ‘miserê’.” Anderson Silva de Aguiar/SEMAD: “Só
1745 salientando que a alteração proposta aqui não aumenta o número de sociedade
1746 civil de defesa do meio ambiente apenas. Se vocês observarem, o conselho de
1747 classe passava pelo processo eleitoral. Foi feito uma consulta à AGE, através da
1748 AJU, e foi entendido que os conselhos de classes serão entendidos como
1749 entidades públicas federais, autarquia pública federal, e dessa forma vão fazer a
1750 composição pelo poder público. Então a composição não é tão simples como está
1751 sendo colocado, ela fez realmente parte de um estudo, de uma pesquisa que foi e
1752 retornou com uma resposta, e a conjunção de tudo isso é que levou à nota técnica
1753 e ao Edital.” Conselheira Virgínia Campos de Oliveira: “Eu não tenho nenhum
1754 retoque para fazer sobre as explicações que o Dr. Anderson colocou, eu acho que
1755 vocês têm toda a condição de construir uma discussão saudável para o Estado.
1756 Eu faço apenas um retoque com relação à questão, que às vezes fica pensada, de
1757 que entrou uma organização não governamental com um viés mais ambientalista

1758 associada aos acidentes que ocorreram no Estado. Apenas essa observação. As
1759 consequências de um acidente da monta que aconteceu no nosso Estado têm
1760 repercussões no meio ambiente, mas o rompimento em si é um problema de
1761 engenharia. Então até fazendo mea-culpa aqui, que temos que fortalecer talvez
1762 então as discussões técnicas de engenharia, porque as consequências são
1763 ambientais, mas a responsabilidade está na engenharia.” Anderson Silva de
1764 Aguilar/SEMAD: “Só complementando, aproveitando a fala da conselheira, que é
1765 da SME, logo então representante dos profissionais liberais, nós abrimos aqui um
1766 conjunto de vagas em um número muito maior para entidades iguais a que ela
1767 representa do que as ONGs de defesa do meio ambiente, se forem verificar ali na
1768 sua composição. Uma vez que o conselho federal saiu da condição de participante
1769 do processo eleitoral, todas as entidades de profissionais liberais (SME,
1770 Associação dos Engenheiros Florestais, dos geólogos, geógrafos) estão passíveis
1771 de passar pelo processo eleitoral e assumir as cadeiras em relação à nova
1772 composição. Então há uma ampliação muito maior da participação da sociedade
1773 civil do que o modelo anterior. E não que o modelo anterior estivesse errado ou
1774 tivesse qualquer tipo de equívoco. Foi construído com uma base metodológica no
1775 passado, e nós criamos uma nota técnica, uma outra base metodológica, e
1776 chegamos a essa composição, que a equipe técnica entende como a ideal, da
1777 participação popular e que também traz muitos benefícios para o controle social.
1778 Nós podemos, inclusive, dizer, com essa composição a partir da posse dos
1779 membros em 2020, que o COPAM e o Estado de Minas Gerais vão ter um
1780 conselho com maior participação popular de todos os entes federados. E eu estou
1781 falando de municípios e de Estados e até da União, de uma avaliação muito
1782 rápida que nós conseguimos fazer.” Renato Teixeira Brandão/FEAM: “Conselheira
1783 Virgínia, eu acho que vem a calhar o que você disse porque, além dos
1784 apontamentos colocados da distribuição de proporcionalidade, há achados nessas
1785 auditorias relacionados a tentar trazer aos conselheiros uma discussão técnica
1786 para o Conselho para que delibere também sob o ponto de vista técnico. Então
1787 além do que está sendo colocado, que foi resultado dessas auditorias, ela trouxe
1788 um objetivo claro também, que vamos tentar trabalhar, a Secretaria como um todo,
1789 de trazer discussões mais técnicas para o Conselho, de forma geral, que faça com
1790 que essa tomada de decisão também seja mais embasada e de repente menos
1791 teórica, menos filosófica. Então, além da mudança que estamos relatando, a ideia
1792 é que consigamos fazer as Câmaras Técnicas, por exemplo, fazerem discussões
1793 técnicas e agregarem para dentro do processo de licenciamento considerações e
1794 contribuições pertinentes. Então eu acho que a gente inicia um processo de
1795 transição deste Conselho, de evolução deste Conselho, mas existe uma série de
1796 outras medidas que estão colocadas e que a Secretaria e o próprio Conselho vão
1797 trabalhar nesse sentido que a conselheira colocou.” Presidente Antônio Augusto
1798 Melo Malard: “Eu acho que está claro como se deu a construção desse processo,
1799 sempre com o objetivo de aprimorar os procedimentos. E só ressaltar mais uma
1800 vez que Minas Gerais, ao contrário dos demais Estados da Federação, possui um

1801 conselho que delibera processo de licenciamento. É muito incomum nos demais
1802 Estados da Federação esse procedimento. Então deixando claro, mais uma vez,
1803 que Minas Gerais se preocupa muito com a participação nos processos
1804 decisórios.” Conselheira Virgínia Campos de Oliveira: “Eu corroboro o que vocês
1805 disseram. Inclusive, o nosso olhar é exatamente esse. No processo anterior, nós
1806 disputamos, vamos dizer assim, o mesmo assento com o Crea, e desta vez já não
1807 é assim mais. Então a nossa possibilidade de estar compondo aqui será
1808 complementando e aumentando a participação técnica. É verdadeira essa
1809 colocação suas. E eu já comentei aqui também, quando a Sociedade Mineira de
1810 Engenheiros começou a participar aqui – é a nossa primeira experiência esta
1811 gestão –, que nós estávamos entrando devagar, apenas com o Plenário, e depois
1812 obtivemos um assento também na Câmara Normativa e Recursal. Mas neste ano
1813 já estamos tentando também contribuir mais, tentando espaço também em
1814 algumas Câmaras Técnicas. Não em todas, mas naquelas em que temos o
1815 respaldo das comissões técnicas na Sociedade. É isso mesmo, nós
1816 reconhecemos esse avanço dessa construção da discussão homogênea.” **11)**
1817 **ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente
1818 Antônio Augusto Melo Malard agradeceu a presença de todos e declarou
1819 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

1820

APROVAÇÃO DA ATA

1821

1822

1823

1824

1825

Antônio Augusto Melo Malard
Presidente suplente do COPAM